



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1279/08	DATA: 24/09/2008
INÍCIO: 10h18min	TÉRMINO: 13h37min	DURAÇÃO: 3h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h18min	PÁGINAS: 107	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ex-Agente da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 65^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 61^a reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Arnaldo Faria de Sá solicita dispensa da leitura.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento dos Srs. Francisco Ambrósio do Nascimento, ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, e Idalberto Martins de Araújo, 3º Sargento do Centro de Inteligência do Comando da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quero fazer uma pergunta a V.Exa. Eu havia recebido uma pauta das audiências de hoje, e nela estava previsto o depoimento do General Felix. Eu soube que não vai acontecer. Eu queria saber se a Mesa deferiu o não-comparecimento, até porque S.Exa. estava convocado — e como testemunha. Não é S.Exa. que tem de decidir se pode ou não pode vir. A Mesa é que tem que deferir. Quero saber se houve o deferimento da Mesa a esse pedido extemporâneo de S.Exa., o Ministro Felix.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou aproveitar para informar a V.Exa...

Deputado Fruet, com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Presidente.



Na mesma linha, até para facilitar, seriam 3 questionamentos e sugestões: primeiro, também o esclarecimento do porquê da não-vinda hoje do General Felix; segundo, recebi hoje o laudo da Polícia Federal referente aos equipamentos. Entendo que nós não devemos trabalhar na linha de desqualificação dos laudos, até porque são institutos reconhecidos.

Então, a sugestão e a pergunta que faço é o seguinte. Chegou o laudo da Polícia Federal e, anteontem, chegaram 2 informações do Ministério da Defesa: uma lista de equipamentos adquiridos pela ABIN e um laudo do Exército. Como esse material está sob sigilo, a sugestão e o pedido que faço é: primeiro, se é possível, hoje à tarde, os Parlamentares, na Comissão, terem acesso; segundo, se por designação de V.Exa. ou do Relator, algum consultor da CPI pode fazer um comparativo para saber de que ano são as listas e os equipamentos; se se referem até o ano de 2008; se os laudos tratam de todos os equipamentos; se há divergência entre os laudos, e que pontos ainda precisam ser esclarecidos, até para ajudar no trabalho a ser realizado pelo Centro de Pesquisa. E o terceiro ponto, até pelas primeiras informações, e antes de um novo depoimento... Aliás, é até interessante a não-vinda hoje do General Felix, por outro lado, porque vai permitir o acesso às informações. Mas, pelo que li dos depoimentos do Dr. Otávio, do CEPESC, em duas oportunidades, necessariamente, nós vamos ter de cogitar a reconvoação, porque há uma contradição entre os depoimentos aqui realizados e a primeira leitura feita com relação ao laudo apresentado pela Polícia Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Fruet.
Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... eu iria fazer, após a resposta de V.Exa., uma nova questão. Mas, já que o Deputado Fruet fez uma colocação, eu queria sugerir a V.Exa. que, ouvidos os membros desta Comissão e com aquiescência do Relator, pudéssemos quebrar o sigilo, até para que resolvêssemos de vez essa questão, até porque há dificuldade de informação, jogo de palavras: uns dizem que tem, outros que não tem. Vamos quebrar o sigilo e colocar tudo às claras, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço.

Deputado Macris, com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado que me antecedeu, a não-vinda do General Felix me parece uma decisão muito pessoal de S.Exa.

Seria muito importante que V.Exa. nos esclarecesse quais foram as motivações que S.Exa. deu e se foi uma decisão de V.Exa. de aceitar a não-presença dele hoje para o depoimento.

Uma outra questão, Sr. Presidente, é se V.Exa. já solicitou ofício ou cópia dos depoimentos na Polícia Federal sobre as investigações dos gramos. Isso poderia ser feito de ofício. Se não, se há necessidade de requerimento, nós providenciaremos para que tenhamos cópia desses depoimentos já realizados na Polícia Federal.

Se V.Exa. também, Sr. Presidente — uma outra questão de ordem —, fez algum contato com os Procuradores que investigam essa questão, se fez visitas ou manteve contatos pessoais para saber a quantas anda esse inquérito, que investiga essa questão dos gramos também.

Era a questão de ordem que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado a V.Exas. pelas contribuições, que permitem a esta Presidência esclarecer algumas questões.

Primeiro, no que diz respeito ao General Felix, S.Exa. fez um contato com a Presidência da CPI, por intermédio do Relator, colocando que melhor seria se pudesse aqui comparecer já com os documentos por S.Exa. analisados, de forma que, efetivamente, pudesse prestar um maior esclarecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na mesma linha do que disse, inclusive, o Deputado Gustavo Fruet, melhor serviço prestará se mais souber para aqui poder falar sobre o assunto.

Então, nesse sentido, eu deferi a possibilidade de remarcar essa oitiva para após análise, que nós também iremos fazer, dos equipamentos que o Ministro Jobim alegou terem sido comprados para a Agência Brasileira de Inteligência.

Então, achei mais oportuno ganharmos uma semana analisando essa documentação para depois podermos melhor questioná-la. Razão pela qual foi



deferido o pedido de adiamento, porque achei que era do interesse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quanto às demais questões, eu ainda não analisei os documentos, vou analisá-los. E convido a todos os membros da CPI para que participem comigo da análise dessas informações. Nós deliberaremos se devemos liberar isso ao conhecimento público ou não.

De uma maneira geral, eu estou inclinado à liberação desses dados, porque eu acho que a transparência é que traz luz a essas questões. E só através do contraditório é que vamos poder buscar a verdade no que diz respeito à aquisição desses equipamentos, haja vista que o confronto não se dá na Câmara, nem no Senado, não se dá dentro da própria CPI. Esse confronto se dá no seio do próprio Governo, de teses contrárias, uns dizendo que sim, e outros dizendo que não; uns dizendo que existem equipamentos que possibilitem a escuta, e outros dizendo que não.

Então, da análise desse documento e da sua publicidade é que nós poderemos melhor discutir essa questão.

Alguma outra questão que...

Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sobre a solicitação de V.Exa. por cópia dos depoimentos já realizados na Polícia Federal e se houve contato de V.Exa. com os Procuradores para saber o andamento desse inquérito, que eu acho muito importante para nós aqui da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não foi solicitada. É uma boa idéia de V.Exa. Poderemos fazer a requisição desses documentos.

E eu gostaria também de dizer que o Deputado Maurício Quintella Lessa se colocou à disposição desta Comissão para acompanhar os trabalhos de perícia que esta Comissão irá executar nos equipamentos. Nós já fizemos contato com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Telecomunicações de Campinas. Então, fica designado o Deputado Maurício Quintella Lessa para fazer esses contatos. E tão logo a relação dos equipamentos todos estejam de posse desta Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitar que eles sejam colocados à disposição para essa pesquisa, ou para esse trabalho de fiscalização por parte desse grupo.



Eu agradeço a S.Exa. a disponibilidade de fazer esse trabalho para a CPI.

Com a palavra o Deputado...

(Intervenção fora de microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está resolvido?

(Intervenção fora de microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Maurício Quintella.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto ao requerimento, não há necessidade de ser feito, então, Sr. Presidente? V.Exa. fará de ofício a solicitação também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu farei de ofício a solicitação por entendimento. Parece-me que todos estão de acordo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É unânime, unânime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nesse sentido também, eu vou pedir, embora não esteja hoje aqui, ao Deputado Jorginho Maluly, que fez uma boa colocação na reunião anterior, no sentido de que sejam feitos contatos com as Embaixadas na busca de uma legislação. O Deputado Jorginho Maluly colocou isso com muita propriedade.

Eu recebi esta semana a modificação legislativa que está sendo introduzida na Itália, um projeto de lei que está em discussão no Parlamento italiano.

Eu pediria, depois, ao Deputado Jorginho que fizesse contato, em nome desta CPI, com as Embaixadas nominadas para que busque exemplos de leis que possam fazer com que o nosso trabalho seja facilitado, buscando o exemplo na legislação comparada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... a questão da quebra do sigilo será uma decisão de V.Exa. e do Relator, então?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu tomarei a decisão a partir do momento do exame dos documentos. Eu não sei o que contêm os documentos. Mas, obviamente, convido a todos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nós queremos endossar a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para que tenham acesso junto comigo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nós queremos endossar para analisar a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... a esses documentos, para que nós possamos decidir.

Inclino-me pela liberação dos dados. Parece-me que não há nenhuma confidencialidade, pelo menos se for mais ou menos em paralelo com o que já foi apresentado e de forma aberta pelo Ministério.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, esse sigilo está permitindo que uns joguem contra o outro, e nós fiquemos no meio que nem bobos, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Exatamente. É da transparência que nasce a luz.

Então, vamos continuar aqui com os nossos trabalhos.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Francisco Ambrósio.

Convido o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento a tomar assento à mesa. Solicito ao Sr. Idalberto Martins de Araújo que aguarde o momento da tomada de seu depoimento. (*Pausa.*)

Convido o advogado do Sr. Ambrósio a tomar assento a seu lado.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem sempre garantido os direitos de garantias individuais, independente de qualquer manifestação, por parte da suprema Corte. As pessoas é que se colocam aqui na condição de investigados.

Então, na verdade, o Sr. Francisco Ambrósio deveria aqui comparecer na condição de testemunha. Mas, em função do *habeas corpus* por ele impetrado,



parece-me que ele se coloca mais na posição de investigado do que na condição de testemunha.

Ele tem um *habeas corpus* deferido pela Suprema Corte, no sentido de se fazer representar por advogado e de fazer uso do silêncio, se assim entender necessário. Então, quem se coloca na condição de investigado é o próprio, e não a CPI que o colocou nessa posição.

De qualquer maneira, entendemos que ele tem bastante informações e importantes esclarecimentos que poderá prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo Faria de Sá com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem deferiu a liminar ao Sr. Francisco Ambrósio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou pegar a liminar e vou informar, oportunamente, a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria saber quem é o advogado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se não me engano, foi a Ministra Cármem Lúcia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria saber quem é o advogado do Sr. Francisco Ambrósio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pediria que o advogado do Sr. Francisco Ambrósio declarasse o seu nome e OAB para conhecimento desta CPI.

O SR. CLEBER LOPES - Cleber Lopes. OAB/DF 15068.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Vanderlei Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ao que me consta, o Sr. Ambrósio tem uma liminar dada para um depoimento por ele realizado anteriormente na Comissão do Senado Federal, na Comissão Mista. Ou tem, também — um



esclarecimento que, acho, V.Exa. gostaria de ter... Se para esse depoimento há uma outra liminar ou vale a mesma liminar realizada anteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ele tem uma liminar, deferida pela Ministra Cármem Lúcia específica para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. (Pausa.)

Vou ler as normas de funcionamento dos trabalhos.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo, deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações.

Os autores dos requerimentos terão o prazo de 15 minutos para fazer suas interpelações, computados nesse tempo, o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computados, nesse tempo, o prazo para as respostas do depoente.

O depoente com liminar em *habeas corpus*, concedida pelo Supremo Tribunal Federal, não será obrigado a prestar compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Com a palavra o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento, por até 20 minutos, para sua exposição inicial — e solicitamos que nela explique a sua carreira profissional, para que esta Comissão possa conhecê-lo melhor.

Com a palavra V.Sa.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, Presidente desta Comissão, Exmo. Sr. Deputado Nelson Pellegrino, nobre Relator desta Comissão, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, o meu currículo se baseia basicamente a partir do momento em que entrei na Aeronáutica, na Força Aérea Brasileira, onde fui soldado, fui cabo. Em 1968, saí da Força e fui para o Serviço Nacional de Informações, o antigo Serviço Nacional de Informações. E lá permaneci até a minha aposentadoria. Ou seja, nesse período, o Serviço Nacional de Informações sofreu várias alterações de nome, mas permaneceu a



instituição. Passou a ser SAE. Depois, SSI. E, finalmente, em 99, se transformou no que hoje conhecemos como ABIN. E, portanto, como a ABIN só foi criada em 1999, e eu me aposentei em 1998, eu não cheguei a trabalhar com a direção atual da ABIN. No mais, eu gostaria de informar que, já disse, estou aposentado desde 1998. E, nesse período, jamais prestei qualquer tipo de serviço, seja governamental ou particular. Dois: conheci o Delegado Protógenes em fevereiro de 2008, por intermédio de um amigo comum, ocasião em que o referido delegado me convidou para auxiliá-lo em um trabalho específico. Como estava precisando complementar a renda, aceitei o trabalho, que se limitou a examinar *e-mails* antigos. Quero deixar claro que não examinei HD de computador, até porque não tenho qualificação para tanto. A cada manhã, quando eu chegava para trabalhar, o computador já estava ligado e eu, apenas, lia na tela os *e-mails* e os separava por assunto, sem qualquer exame de mérito. Jamais fui braço direito do DPE, do Delegado Protógenes, sendo apenas um colaborador que se limitava a fazer um trabalho burocrático de separar *e-mails*. Nunca, jamais, fui elo entre o Delegado Protógenes e a Agência Brasileira de Inteligência. Não fui designado para trabalhar na operação pela ABIN. Inclusive, não tenho contato com a direção da referida entidade. Durante a operação, tive contato com mais ou menos 5 agentes da ABIN, os quais eu não conhecia. Que não sabia quantos agentes da ABIN estavam à disposição da Operação Satiagraha. Não exercei qualquer atividade de coordenação, comando ou qualquer coisa que o valha dentro da operação. Nunca executei nenhuma tarefa externa, cumprindo o meu trabalho de 8h às 18h em uma sala do 5º andar, na sede da Polícia Federal em Brasília, e, a partir de 11 de abril de 2008, em uma sala no Setor Sudoeste, onde a Polícia Federal tem 2 prédios. Que todos os dias, quando chegava para trabalhar, era identificado na portaria do prédio, usando o meu nome de registro, procedimento igualmente adotado quando retornava do almoço. Que não é verdade que o meu depoimento na Polícia Federal tenha sido preparado, como foi noticiado. O que houve é que, na sexta-feira, dia 5 de setembro, fui procurado pelo Dr. Paulo Maurício e pelo Dr. Renato Porciúncula, os quais me informaram que estava circulando na *Internet* uma informação de que a revista *IstoÉ* publicaria, como matéria de capa, a notícia de que eu seria o autor do grampo no Supremo, ocasião em que neguei, com veemência, tal possibilidade, tendo as referidas pessoas



sugerido que eu fosse à Polícia Federal para dizer isso aos delegados do caso, com o que concordei. Que as pessoas acima mencionadas, quando me procuraram, disseram que queriam saber dos fatos, pois, segundo a reportagem que estava circulando, o mando do grampo era da ABIN, sendo que, diante da categórica negativa, eles ficaram mais tranqüilos e apenas sugeriram que eu fosse à Polícia Federal, antes mesmo de ser intimado, sendo que um deles fez o contato com os delegados do caso. Nego peremptoriamente a acusação de ter realizado ou participado de qualquer escuta telefônica legal ou ilegal, sobretudo aquelas de que foram vítimas o Presidente do Supremo e o Senador Demóstenes Torres. Não tenho a menor idéia de quem tenha feito essa escuta ilegal. Não tenho formação para fazer esse tipo de procedimento, pois, como eu já disse, estou aposentado há 10 anos. Que jamais questionei a legalidade da minha contratação, por parte do Delegado Protógenes, pois, como dito antes, entrava no prédio de maneira normal, com a identificação, além do que, não tenho formação jurídica para avaliar esse aspecto. Que não sabia o que cada agente fazia na sala do 5º andar. Que isso decorre de uma regra básica da investigação, que é a compartimentação, ou seja, cada um cuida da sua missão. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Sr. Francisco Ambrósio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. poderia distribuir cópia do depoimento dele, que está escrito? Eu quero cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria de conhecer um pouco melhor, Sr. Ambrósio, a sua origem profissional, a sua atividade profissional, para que a gente possa entender como é que o senhor foi parar no Serviço Nacional de Informações e depois até na Subsecretaria de Inteligência.

O senhor começou a sua carreira como soldado da Aeronáutica. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Positivo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Depois, o senhor fez um curso de aperfeiçoamento e foi a cabo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor trabalhou no Serviço de Inteligência da Aeronáutica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Cheguei a trabalhar no que se chamava, na época, A2, que era o serviço de inteligência, vamos dizer, do quartel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Apenas do quartel, não na estrutura de inteligência da própria Aeronáutica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Futuramente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, e aí, então, depois de trabalhar no quartel como A2, o senhor foi trabalhar onde?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Fui trabalhar no antigo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - CISA?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - CISA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Centro de...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - ...Informações e Segurança da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em que cidade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aqui em Brasília. O senhor sempre foi lotado aqui em Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sempre fui lotado em Brasília. Nunca me desloquei de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nessa atividade, o senhor trabalhou até que período no CISA?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Até, se não me engano, fevereiro ou março de 1978.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí, como é que se deu? O senhor foi requisitado para trabalhar no Serviço Nacional de Informações, ou o senhor deu baixa da Aeronáutica e foi contratado no SNI?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Positivo. Fui atingido por uma portaria que existia na época, a Portaria nº 1.104, que os cabos só poderiam ficar na ativa durante 8 anos. Então, automaticamente, eu fui desligado da Aeronáutica e convidado a fazer parte dos quadros do Serviço Nacional de Informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na Aeronáutica, qual era o seu campo de atividades, como homem de inteligência?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sempre, vamos dizer, agente de rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agente...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Agente de rua. Coleta de dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Me diga uma coisa: quais foram os cursos que o senhor fez no Serviço Nacional de Informações?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Lá, eu fiz o Curso de Agente de Operações de Inteligência e o Curso de Analista de Operações de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Curso A, Curso B. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - No meu caso, foi o Curso C3 e o Curso C1, que é o de nível superior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, em algum momento, na sua atividade do extinto Serviço Nacional de Informações, tomou conhecimento de realizações, de interceptações telefônicas, de equipamentos de interceptação, até como uma forma de poder combater esse tipo de atividade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, em nenhum momento eu cheguei a trabalhar na área técnica de interceptações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Existia uma área técnica no SNI que se chamava área de interceptações. É isso?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim. Não posso afirmar com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas no seu curso de atividade, como homem de campo, o senhor nunca teve informações, quer dizer, como impedir que os grampos fossem feitos? Por exemplo, o senhor, como um homem do SNI, tinha como responsabilidade proteger segredos do País, proteger segredos emanados de autoridades. E uma das formas de se obter isso é através de interceptações. O senhor nunca recebeu nenhum treinamento nesse sentido?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência, justamente por uma parte: sempre trabalhei no SNI na parte de informações, que hoje em dia se conhece como Inteligência. Porque existiam 2 campos dentro do Serviço Nacional de Informações, que eram informações e contra-informações. Quem cuidava dessa parte era o pessoal da contra-informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Perfeito. O senhor trabalhou na área de operações da agência?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na três?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, na Operações 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E na Operações 3, no Serviço Nacional de Informações, há quanto tempo o senhor trabalhou nesse setor lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Fiquei de 1978 até 1998, quando me aposentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor tem, praticamente, 20 anos de Agência Brasileira... de Serviço Nacional de Informações, depois SAE. O senhor saiu na época do SSI. Não é isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nesse período da sua atividade profissional, o senhor conheceu vários atuais servidores do serviço que permaneceram, porque o senhor se aposentou mas outros não. Não é verdade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Sr. Paulo Maurício, o senhor já conhecia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Sr. Paulo Maurício, eu conheci na década de 80, quando ele foi para lá. Aí, a partir do momento em que me aposentei, fiquei 10 anos afastado dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Sr. Campana, o senhor conheceu também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, o Sr. Campana eu não conheci lá na ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor já o conhecia de algum lugar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Só de vista. Mas pessoalmente nunca havia conversado com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muitos dos seus contemporâneos do Serviço Nacional de Informações ainda continuam trabalhando no Serviço.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor conhecia o Dr. Renato da Porciúncula?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Esse eu não conhecia porque ele é oriundo da Polícia Federal e foi justamente depois, parece-me, que o Delegado Paulo Lacerda assumiu que ele foi para lá. Então, esse eu não tive contato com ele enquanto na ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o Delegado Paulo Lacerda, o senhor também não conhecia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Vim conhecê-lo aqui na Comissão Mista de Assuntos de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor não achou muito estranho ser procurado numa sexta-feira? Não sei onde lhe encontraram, não sei se foi na sua casa e com que rapidez lhe encontraram, como o senhor disse aqui, pelo Sr. Paulo Maurício, que, aliás, disse a esta Comissão Parlamentar que esteve com o senhor. Só nos faltava esse dado que o senhor nos traz hoje de que o



Sr. Renato da Porciúncula também esteve presente a essa reunião para lhe dar uma informação de que o senhor, segundo uma revista, teria sido o autor da interceptação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A princípio, Excelência, posso garantir que não senti estranheza no fato. Por quê? Porque, como estava envolvendo a ABIN, seria uma questão natural de defesa da instituição, assim como eles me orientaram a procurar a Polícia Federal imediatamente, espontaneamente. Eu o fiz também para defender a Polícia Federal. Eu achei que era uma preocupação básica com a instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem o levou até a Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Dr. Renato, depois da nossa conversa. Ele ligou para a Polícia Federal marcando para as 10h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E ele não honrou o compromisso que havia feito com o senhor de acompanhá-lo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, até porque eu tinha pedido para que eu me preparasse mais um pouco, saber o que estava se passando realmente na revista, e eu voltaria... eu iria à Polícia Federal na segunda; mas, no sábado à tarde, ele me ligou, e eu acabei indo às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E ele o acompanhou?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas não havia ficado acertado que ele o acompanharia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ficou, mas ele não me acompanhou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Certo. Uma questão que acho importante poder falar sobre ela, Sr. Ambrósio: de que forma o senhor era remunerado pela Polícia Federal, já que, na verdade, o senhor prestava serviços ao Departamento de Polícia Federal? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu acredito — e até hoje insisto nessa tese — que fiz um trabalho institucional para a Polícia Federal. Por quê? Porque fui contratado pelo delegado presidente do inquérito, Delegado



Protógenes Queiroz. Eu tinha acesso todos os dias às dependências da Polícia Federal. Identificava-me normalmente. Nunca fui questionado a respeito da minha presença ali dentro. E recebia 1.500 reais por mês, sendo que algumas vezes recebi quinzenalmente, quando havia possibilidade de haver adiantamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, fizeram um contrato de trabalho com o senhor, assinaram sua carteira de trabalho e remuneraram o senhor com 1.500 reais, depositados numa conta bancária mensalmente? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Excelência, a coisa não aconteceu bem assim. Eu recebia, em espécie, contra-recibo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor recebia, em espécie, contra-recibo? Mas o senhor formalizou algum contrato?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Não foi feito nenhum contrato. O que foi colocado é que aquilo ali seria um... que eu seria uma espécie de colaborador eventual para um serviço específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor assinava algum recibo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Assinava recibo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quer dizer, 1.500 reais... Por quanto tempo o senhor recebeu essa quantia de 1.500 reais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em torno de 5 a 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Durante 6 meses o senhor recebeu 1.500 reais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual era a atividade que o senhor desenvolvia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A minha atividade basicamente era fazer uma separação de *e-mails*. Como era feito isso? Era simples: todos os dias eu chegava às 8 horas da manhã, um pouco mais cedo, um pouco mais tarde, o meu computador que eu trabalhava já estava ligado e na tela já estava



aberta uma pasta que era a minha tarefa do dia. Ali eu fazia a seleção por assunto. Eu fazia uma leitura rápida e jogava aquilo numa planilha: data, hora, remetente, destinatário e assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, os *e-mails*, que foram interceptados durante a operação, eram triados pelo senhor e separados em arquivos próprios? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Esses *e-mails* com os quais eu mexia, vamos dizer assim, eu não fazia uma análise porque eu não entrava no mérito, simplesmente eu separava por assunto, eles eram antigos, não eram atuais; eles eram do ano 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas a minha pergunta é a seguinte: eram *e-mails* fruto de interceptação realizada na operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pelo que me disseram, pelo que me foi informado, era de um HD que havia sido apreendido pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor teve acesso a dados sigilosos que foram obtidos numa operação policial para fazer a triagem desse material, dividindo-os em pastas? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso que seria... ele tinha sido bloqueado pela Justiça, mas havia sido liberado pelo Juiz da 3^a ou da 6^a Vara Federal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esses *e-mails* estavam bloqueados pela Justiça, mas depois teriam sido liberados? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Justamente. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor não lia o que continha nesses *e-mails*, mas mesmo assim os separava? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não é que eu não lia, eu fazia uma rápida leitura, não entrava no mérito do que estava escrito, porque, se eu fosse fazer alguma análise, eu tinha que analisá-los profundamente, inclusive checá-los com outros dados. Isso eu não fazia. Eu simplesmente fazia a leitura, via do que se tratava. Por exemplo, se fosse financeiro, ia na planilha e colocava lá: *e-mail* selecionado, financeiro; se fosse administrativo, administrativo; e assim sucessivamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Diga-me uma coisa: quem foi que apresentou o senhor ao presidente do inquérito?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu fui apresentado por um amigo da Aeronáutica que havia trabalhado na Inteligência da Aeronáutica, porque o Delegado Protógenes havia reclamado a ele que estava com déficit de material humano e perguntou se ele não conhecia, se essa pessoa não conhecia alguém que pudesse ajudá-lo. Ele falou: *"Eu tenho um analista aposentado, que há muito tempo está fora do mercado de trabalho, posso lhe apresentar"*. E assim foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem é essa pessoa que lhe apresentou?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O nome dele já está no jornal, foi o Major Branco, da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Major Branco, da Aeronáutica. Da ativa ainda?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Ele está na ativa, está no Departamento de Ensino. No dia em que fui definitivamente apresentado para o Delegado Protógenes estava presente o Sargento Idalberto, que também já está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas o agente Idalberto já estava trabalhando na operação? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ao que sei, Excelência, o agente Idalberto nunca trabalhou na Operação Satiagraha. Pelo menos, nunca isso foi dito tanto por ele quanto pelo Delegado Protógenes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu não entendi bem, o senhor podia explicar melhor, talvez a Comissão não tenha conseguido compreender: no dia em que o senhor foi apresentado pelo Major ao Delegado, em que lugar se deu isso e de que forma essa outra pessoa estava nesse contexto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah, positivo. Isso se deu num café, nas proximidades da Polícia Federal na 202. O Major Branco foi com o Sargento Idalberto, que inclusive me conhecia — eu conheço o Sargento Idalberto há mais de 20 anos, um pouco mais, um pouco menos — e ali fui apresentado ao



Delegado Protógenes. Ele me fez a proposta, e eu a aceitei para uma complementação de renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor constatou essa falta de apoio, por parte da administração da Polícia Federal, a essa operação que vinha sendo desenvolvida pelo Delegado Protógenes? O senhor viu que estava faltando gente lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Constatar eu não posso dizer ao senhor ou a esta Comissão que realmente eu constatei, o que aconteceu foi que ele me falou que estava me contratando justamente por falta de material humano. Agora, eu não tinha noção da grandeza da operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor me disse que trabalhava no 5º andar do edifício-sede do Departamento de Polícia Federal, não é isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que funciona no 5º andar do edifício-sede da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Diretoria de Inteligência Policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Diretoria de Inteligência Policial. E o senhor se relacionava com os outros policiais que trabalhavam naquela área?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Diga-se de passagem, eu não conheci praticamente nenhum deles porque a minha atuação se limitava a chegar, adentrar a minha sala e fazer o meu serviço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem trabalhava com o senhor na sua sala do 5º andar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como se trata de pessoas da área de inteligência, peço a sua compreensão para que eu possa, por escrito, passar ao final para o senhor, porque são agentes de polícia, mas que trabalham na área de inteligência, e não gostaria de citar o nome deles. Mas darei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Sa. e peço que encaminhe, antes do término, o nome e a relação dessas pessoas, para que, se



for o caso, nós possamos melhor esclarecer essa questão. Essa sua sala era contígua, ou anexa, ou próxima da sala do Diretor de Inteligência da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu diria que era parede com parede porque era o gabinete dele. Tinha uma sala que era destinada antigamente a reuniões, uma espécie de miniauditório, e ali o Dr. Protógenes passou a atuar como presidente do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Dr. Protógenes também ocupava essa sala que o senhor ocupava?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, sim. Éramos o Dr. Protógenes, os peritos e agentes da Polícia Federal e mais umas 2 ou 3 pessoas ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nós poderíamos dizer que essa era uma sala específica da operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Era uma sala específica da operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Cuidava apenas disso.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Era um auditório e foi transformado numa sala específica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, eu queria também entender uma coisa: em algum momento, o Diretor de Inteligência ou o Vice-Diretor de Inteligência ou da Contra-Inteligência esteve nessa sala, discutiu assuntos, se reuniu, falou sobre a operação em si?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Durante esses 5 ou 6 meses em que eu fiquei trabalhando com o delegado Protógenes, o Dr. Lorens, que era o Diretor de Inteligência, apareceu lá, entrou na sala 2 ou 3 vezes, se muito, e inclusive nós não trocamos nenhuma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor sabe dizer em que período se deu isso, nesses 6 meses? Se foi no início dos 6 meses, no fim dos 6 meses, no meio dos 6 meses?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi logo no início, no primeiro ou no segundo mês.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tinha mais algum outro servidor da ABIN trabalhando com o senhor nessa sala?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Existia... é... teve... que trabalhou diretamente lá deve ter sido uns 3 ou 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Três ou quatro. Quer dizer, 3 ou 4 não na sua condição de contratado, recebendo uma remuneração, mas cedidos pela agência para executar esse trabalho lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, pelo que eu entendi, pelo que o próprio Delegado Protógenes falou, teria havido um contato com o Dr. Campana, que seria o segundo na hierarquia da ABIN — isso foi autorizado —, e esses analistas passaram a atuar lá. E todas as vezes que chegava alguém novo se apresentava: "*Eu sou ABIN e vim trabalhar (ininteligível)*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quantas vezes os senhores se reuniram nessa sala com o Delegado Renato Porciúncula?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nenhuma vez. Ele nunca apareceu lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nunca esteve lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca esteve lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está certo. E Dr. Paulo Lacerda?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca esteve lá

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E da administração da Polícia Federal, quem esteve nessa sala, além do Delegado Lorens?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Apenas o Delegado Lorens que não chegou sequer a trocar palavras. Chegava, conversava com o Delegado Protógenes e saía.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Diretor da Polícia Federal alguma vez esteve lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o delegado-executivo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Também não. E o senhor sentiu, nesse período de 6 meses que o senhor esteve lá, que, de fato, faltou ou estaria faltando oxigênio, quer dizer, recursos e material humano para o desenvolvimento da operação? O senhor encontrou alguma dificuldade, algum óbice na execução do seu trabalho?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, na execução do meu trabalho, não, porque era um trabalho básico, um trabalho específico, que eu diria até que qualquer agente administrativo poderia fazê-lo. Com relação à falta de material específico para a operação, aí, sinceramente, eu acho que era um gerenciamento que a Polícia Federal deveria fazer. Então, sinceramente, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) O senhor poderia nos dizer onde o senhor estava, onde o senhor se encontrava no dia em que foi desencadeada a operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - No dia 8... eu comecei em meados de fevereiro, aí a minha participação foi até o dia 8. No dia 8, o Delegado Protógenes desativou a equipe de, vamos dizer assim, equipe de apoio. Dispensou os meus serviços e automaticamente determinou que o pessoal da ABIN não comparecesse mais às dependências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No dia 8 de...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Julho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi após o desencadeamento da operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - No dia mesmo, no dia que houve as prisões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, no dia das prisões, então, foi desmobilizado o grupo de inteligência que estava trabalhando durante a operação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esses seus companheiros da Aeronáutica, de alguma forma, participaram dessa operação, com dados, com informações, com localização da aviões ou com outras questões específicas?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, isso aí é uma coisa que, francamente falando, em nenhum momento, o Dr. Protógenes fez isso na minha frente ou me foi solicitado a fazer esse tipo de pedido. Inclusive, eles não apareciam lá no bloco, nas dependências da Polícia Federal. Até onde eu sei, eles não se incorporaram a essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E por que os senhores se mudaram do 5º andar do edifício-sede da Polícia Federal para um bloco no Sudoeste?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na época, nos foi dito que, como o Dr. Lorens precisava do espaço para fazer as suas reuniões e como a Polícia Federal havia alugado 2 prédios no setor Sudoeste, ali na quadra 103, e que nós estávamos precisando ampliar o espaço, o delegado estava precisando ampliar espaço e ter mais espaço para a equipe, nós fomos para lá. Isso, se não me engano, se deu em 11... entre 8 e 11 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor pode afirmar com certeza de que nenhum membro da Agência Brasileira de Inteligência ou pessoas que lá estavam trabalhando, além dos que o senhor vai nominar, estiveram presentes, fazendo visita, verificando situações relativas à operação que se desenvolvia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Com certeza absoluta. Só esses que eu vou nominar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar a palavra para o Relator e depois aos demais Deputados para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, Sr. Francisco Ambrósio, eu penso que o Deputado Marcelo Itagiba já atalhou muito os caminhos e até avançou muito no tema. Mas durante o depoimento de V.Sa., Dr. Ambrósio, alguma coisa me ficou... uma pergunta me ficou aqui muito... uma curiosidade ficou muito grande na minha cabeça. O senhor afirmou durante o depoimento que qualquer agente administrativo poderia realizar as atividades que o senhor desenvolveu. Se qualquer agente administrativo podia realizar essas atividades, por que, então, contratar V.Sa. para esse tipo de trabalho?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É aquilo que eu falei antes, Excelência. O delegado, quando me contratou, disse que estava com deficiência de material humano.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim. Mas deficiência de material humano para que tipo de atividade? Porque se o senhor afirma a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o trabalho que o senhor realizava qualquer agente administrativo podia fazer, não teria necessidade de o Dr. Protógenes procurar um oficial da Força Aérea Brasileira, que me parece inclusive que tem ligações com o Serviço de Inteligência, pedir a ele que indicasse alguém, fizesse uma reunião para indicar uma pessoa que viria fazer um trabalho meramente administrativo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Concordo plenamente com o senhor, mas foi exatamente isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu pergunto: quando essa... foi o Major Branco, isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Major Branco. Ele foi a pessoa que fez a ligação entre V.Sa. e o Delegado Protógenes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa foi uma conversa... V.Sa. teve essa conversa aonde com o Dr. Protógenes? Essa apresentação foi aonde?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi num café ali na 202, na comercial da 202, logo em frente à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí o Delegado Protógenes disse o seguinte: *“Eu estou aí numa operação complexa e preciso de ajuda”*. Bom, o Major Branco conhecia o senhor de onde?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Da própria Aeronáutica, porque, em 1992, eu me aposentei praticamente na Aeronáutica, porque eu fui prestar um serviço na Aeronáutica e lá eu fiquei até 98. Em 98, eu pedi a aposentadoria. Aí, lá no Serviço de Inteligência da Aeronáutica, eu o conheci.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, em 92, o senhor conheceu o Major Branco?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, um pouco depois. Em 96, por aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 96.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na época, qual era a função dele na Aeronáutica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele era capitão da Aeronáutica servindo no CIAER — Centro de Inteligência da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Centro de Inteligência. Então, ele... e ele conheceu o senhor como?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu, na época, estava cedido ao Ministério...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ao Centro de inteligência também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que atividades eram desenvolvidas nessa época lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na época, eu desenvolvia já a minha função na qual me aposentei, de analista de operações de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que significa esse tipo de função? O que é analista de inteligência?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Normalmente é o elemento responsável por planejar operações de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, nós podemos presumir que o capitão, hoje Major Branco, conhecia a capacidade de V.Sa., porque era um agente do Serviço de Inteligência da Aeronáutica que tinha a capacidade de fazer o planejamento de operações de inteligência.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí eu queria que V.Sa. discorresse para esta Comissão Parlamentar de Inquérito o que significa, quais são as, digamos assim, atividades que desenvolvem um agente que prepara uma



operação de inteligência? Qual o tipo de planejamento que é feito? Qual o tipo de atividade que é executado?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí, nesse caso, Excelência, o analista de inteligência recebe um pedido de busca. E isso acontece tanto na área de inteligência quanto dentro da Polícia Federal, acredito — ainda acredito que seja esse tipo de documento, porque eu estou afastado há muito tempo, então não sei se hoje em dia o termo correto é esse —, recebe um pedido de busca do usuário que, no nosso caso, na ABIN, usualmente, era de um Presidente da República, de um Ministro de Estado, qualquer coisa. Analisa-se o que foi pedido, vê-se qual o material humano, verba que vai ser empregada, viaturas, ou seja, apoio técnico, se é no Estado ou se é fora do Estado, e ali você elabora um planejamento e entrega a um encarregado de equipe para fazer isso aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, só para entender: no caso, em 96, quando o senhor conheceu o Major Branco, o senhor era encarregado, no Centro de Inteligência da Aeronáutica, de organizar as ações. Toda a logística da ação era organizada por V.Sa.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Eu era apenas mais um. Existia mais gente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o senhor tinha um trabalho de organizar, levantar o que precisava, qual era o material humano que seria necessário para a operação, quais seriam os recursos materiais que seriam necessários.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, mas, basicamente, a minha função lá foi um tanto quanto pequena. Por quê? Porque, naquela época, estava havendo uma restruturação dentro da inteligência militar, e a área militar, acredito que até hoje, não estava desempenhando nenhum serviço externo à Força; era *interna corporis*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o senhor já tinha, depois de muitos anos de... Parece-me que o senhor foi para o CISA em 78. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, do CISA eu saí em 78. Eu fui para o SNI em 78.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 78. Então o senhor teve...

O senhor ficou quanto tempo no Serviço de Inteligência da Aeronáutica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu acredito que uns 4 ou 5 anos, por aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 4 ou 5 anos, já tinha uma experiência razoável. Depois passou aí mais 20 anos no SNI, até se aposentar. Portanto, uma larga experiência nessa área de inteligência. Na área de contra-inteligência também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca trabalhei na área de contra-inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto, o senhor tinha uma larga experiência nessa área. O Delegado Protógenes chega para... O senhor sabe como Delegado Protógenes conheceu o Major Branco?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi num curso que os 2 fizeram ou numa palestra que os 2 fizeram na Escola Superior de Guerra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Os 2 se conheceram, aí o Major Branco fazia parte da inteligência, e o delegado Protógenes procurou ele e disse: *"Olha, eu preciso de uma pessoa para separar e-mails."*

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. Ele chegou ao Major Branco e disse que estava desenvolvendo uma missão e se o Major não conheceria ninguém da área que pudesse auxiliá-lo porque ele estava com falta de material humano.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que missão que ele estava...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não sei se ele chegou a conversar com o Major Branco qual seria a missão. O Major Branco funcionou apenas...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas como é que o Major Branco chegou justamente a V.Sa.? Teria um leque grande de pessoas, inclusive dentro do Serviço de Inteligência da Aeronáutica, porque é o tipo da coisa: a gente procura... Eu preciso de um cardiologista, um especialista. Eu vou perguntar para um médico amigo meu: *"Olha, eu estou com um problema de coração aqui; eu*



preciso de um especialista nessa área." Ele vai me dizer: "*Olha, tem fulano, fulano e fulano.*" Então, o Delegado Protógenes chega para o Major Branco e diz a ele que está desenvolvendo uma missão e pede um determinado apoio. Como é que veio à cabeça dele logo V.Sa., que já estava aposentado? Deve ter havido a indicação a partir de algum especialização.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. Foi única e exclusivamente assim que aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, aí, então, o Major Branco indicou V.Sa. para o Delegado Protógenes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Depois marcou essa reunião onde o Delegado Protógenes lhe disse o seguinte... O que é que ele disse? O que é que ele falou? "*Estou numa operação investigando aí uma organização criminosa e preciso...* " Como é que foi essa conversa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, aí ele perguntou se eu estava disposto a desenvolver esse serviço específico para ele. Não me explicou, de momento, o que seria esse serviço específico. Alguns dias depois, ele me telefonou, dizendo da minha... Se eu teria aceito, se estaria disponível. Eu falei que sim, que eu queria voltar para o mercado de trabalho, que eu estava precisando complementar renda. Aí ele pediu que eu fosse ao quinto andar da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que serviço específico seria esse?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Seria justamente esse que me foi colocado para fazer essa separação de *e-mails* antigos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - *E-mails* antigos?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que V.Sa. quer dizer como *e-mails* antigos?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu caracterizo, porque, fatalmente, como você tinha que dar uma leitura rápida — até porque não existe como você fazer uma separação de algum assunto sem você fazer uma pré-leitura;



não uma leitura de mérito, mas uma leitura superficial. Eram *e-mails* datados de 2004.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, estava lá, numa tela de computador; V.Sa. acessava; tinha uma relação de *e-mails*; e aí V.Sa. separava.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Justamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, para que houvesse essa separação, seria necessário uma orientação do que separar, para quem encaminhar. Quem é que orientou V.Sa. como seria esse trabalho em relação a esse trabalho de separação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O próprio Dr. Protógenes me orientou no seguinte sentido: todos os dias, eu chegava, as pastas contendo os *e-mails* já estava aberta, eu fazia essa seleção. Como era feita essa seleção? Foi feita uma planilha em que não era copiado o teor, o texto dos *e-mails*. Então, ali era colocado, por exemplo: setor financeiro; setor administrativo; vamos supor o seguinte, investimentos; empréstimos. Então, aquilo dali era colocado nessa planilha. *A posteriori*, o perito da Polícia Federal chegava e fazia a... Já ia direto no assunto. *"Hoje eu vou analisar a parte financeira"*. Então, o perito ia, e ele, perito, é que faria essa análise.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então V.Sa. separava e passava o conteúdo da separação para quem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Deixava na tela do computador, porque, no *e-mail* mesmo, você colocava: data, assunto, destinatário, remetente e assunto, você deixava separado. Então, automaticamente, esse separado, o perito, à noite, já chegava e ia na pasta lá: financeiro, gerencial ou administrativo. E já ia direto naquilo que necessitava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então eram terminais compartilhados. Estava *on-line* com outros...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não era compartilhado, porque eu deixava na tela do meu computador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, V.Sa. separava, chegava depois, depois das 18h, um agente que vinha analisar o conteúdo, não é isso, no mesmo terminal?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí, sinceramente, eu não sei se era feito na mesma noite. Eu sei que eu deixava...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, deixava na tela do computador e vinha alguém, depois, e abria a tela, ou, então, a tela estava aberta, e ia lá e analisava o conteúdo separado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito, sinceramente, que sim, porque, quando dava 18h, eu encerrava o meu expediente, e eles permaneciam na...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eram várias matérias separadas. Eram várias matérias separadas. Não é isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para cada agente analisar o conteúdo delas. Como é que podiam estar vários agentes em uma mesma tela?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, aí, esse gerenciamento, eu não sei como é que se dava. Mas esse é o fato. Inclusive isso é fácil de... Ainda deve estar do mesmo jeito no computador que eu trabalhava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esse material V.Sa. afirmou que era o conteúdo de um HD.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Do HD de que... Dá para identificar de que computador era, de quem era a propriedade do HD?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu sei que era um HD. O que me foi dito é que era um HD que havia sido bloqueado pelo Supremo e que, posteriormente, foi dada autorização judicial para abertura dele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia dados bancários nesses e-mails?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Movimentações financeiras?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De pessoas, não. Tinha aqueles tal de empréstimos, mútuos, essas coisas assim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Empréstimos?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É. Aplicação.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aplicação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aplicações.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia dados referentes a comunicações entre pessoas, (*ininteligível*) e-mails?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, isso aí era descartado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando se tratava de qualquer tipo de comunicação entre pessoas, era descartado. Só se separava aquilo que tivesse algum dado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o descarte era o quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Simplesmente eu não selecionava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Fazia o quê? Deletava ou...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. Isso permanecia, porque estava aberto por ordem judicial. Não podia retirar, nem copiar, nem imprimir nada do HD.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E V.Sa. se reportava a quem?
Quem era o seu...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ao Delegado Protógenes e, na ausência dele, ao perito mais antigo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Perito o quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na ausência do Delegado, ao perito mais antigo da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que era o assistente dele na Operação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia algum tipo de planejamento, algum tipo de reunião de planejamento? Quando um analista que analisava a documentação separada por V.Sa. não estava satisfeito com o trabalho,



ele se reportava como, para dizer: “*Olha, não está bom. A separação não está boa*”. Quem era a pessoa que fazia esse elo de ligação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, realmente, isso nunca aconteceu. Nunca ninguém chegou... Porque... Eu fico até em dúvida se realmente isso era analisado à noite, porque, em nenhum momento, alguém chegou para mim e disse que aquilo tinha sido aproveitado para a integração de qualquer laudo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quanto tempo demorou esse trabalho?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De meados de fevereiro ou início de março, até 8 de julho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Março, abril, maio, junho, julho; 5 meses.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Cinco meses, o senhor separando *e-mails* e deixando na tela para alguém vir depois olhar.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A quantidade era enorme.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A que o senhor atribui a Revista *IstoÉ* colocar, na capa de uma edição dela e, depois, uma ampla reportagem, que o senhor era o autor do grampo que interceptou o Ministro do Supremo e o Senador da República?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não consegui entender isso até hoje e espero que a Polícia Federal, com o quadro competente que tem, possa chegar a esse ponto. Mas nunca, na minha vida, trabalhei nessa parte. Nunca trabalhei nem mexi com grampo, com escuta, com qualquer coisa nesse sentido. Não era a minha área técnica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é que se chegou a V.Sa.?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Para mim, foi uma surpresa.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. trabalhou na comunidade de informações muitos anos; sabe como é que são os métodos, os meios. Acha que foi um vazamento intencional para desviar o curso da investigação...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não, Excelência...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... para poder... Pode ter sido uma disputa interna nesse processo? Porque não se chega a uma pessoa, não se coloca uma pessoa na capa de uma revista, com responsabilidade, à toa. Você não parou para fazer nenhuma análise?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu não sei, sinceramente, como isso veio a acontecer, até porque eu nunca trabalhei nessa área. Não acredito em vazamento neste caso, porque não havia o que vazar, porque eu não trabalhava nisso. E isso é muito fácil de ser confirmado porque há os meus registros dentro da sede da Polícia Federal, há os agentes que lá trabalharam comigo, da Polícia Federal, peritos. Então, o que aconteceu é que a Revista deve ter sido mal informada, não procurou checar fontes e, infelizmente, veio a acontecer o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E qual foi a participação do 3º Sargento Idalberto Martins de Araújo nessa Operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Idalberto Martins de Araújo trabalhou muito tempo com o Major Branco. Cheguei a trabalhar com ele quando eu trabalhei na Aeronáutica. E ele foi acompanhando o Major Branco no primeiro encontro que tive com o Delegado Protógenes. E, pelo que eu saiba, ele não teve absolutamente nenhuma participação nos trabalhos do Dr. Protógenes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi acompanhando o Major Branco por quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi acompanhando o Major Branco porque ele já me conhecia e ele já conhecia o Delegado Protógenes. Eles já se conheciam.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual o tipo de atividade o Major Branco desenvolvia ou desenvolve na...



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Hoje ele faz parte do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Departamento de quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Departamento de Ensino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De ensino. Mas ele trabalhou na comunidade de informações também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, na época de... Em 96, 98, ele estava lá.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na área de inteligência ou de contra-inteligência?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na área de operações de inteligência. Na área de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas na área operacional também.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas que tipo de atividade ele desenvolvia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele era oficial. Então, ele praticamente atuava como se fosse um analista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Atuava como o quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como se fosse um analista.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A mesma análise que V.Sa. fazia também.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não seria a mesma análise porque eu não sei, hoje em dia, como é que funciona a parte da inteligência militar. Eu, para ser analista, tive que fazer curso na antiga Escola Nacional de Informações. Hoje em dia, eu não sei como é o procedimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas por que o Major Branco convocou o Sargento Idalberto para ir para essa reunião?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque o Sargento Idalberto me conhecia, conhecia também o Delegado Protógenes e me parece que o Sargento Idalberto também teria conversado com o Delegado a meu respeito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E como o Delegado Protógenes conhecia o Sargento Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí, sinceramente, Excelência, eu não sei lhe explicar. Eu sei que os 2 se conheciam e trocavam telefones.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas toda essa operação de guerra para poder contratar um simples separador de *e-mails*?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a participação do Sargento da Polícia Militar Jairo Martins de Souza nessa operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que eu saiba, nenhuma. Ele nunca esteve nas dependências da Polícia Federal, nem no prédio principal, nem no Setor Sudoeste. Eu vim a saber a respeito dele pelas revistas e pelos jornais, que haveria uma certa participação dele. Só que isso aí, sinceramente, nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nunca ele foi visto lá na Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso aí também é outra coisa fácil de se ver, Excelência, porque para se entrar no prédio da Polícia Federal tem que se fazer uma identificação. Então, deve haver registro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele é também das relações do Sargento Idalmário...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sargento?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Idalberto!

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Jairo conhece o Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Conhece.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Conheceu o Idalberto como?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei. Deve ter sido porque, como pertencia a...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o senhor disse que eles se conheciam?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, agora eu não sei como foi que eles se conheceram.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas como é que o senhor sabe que....

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque o próprio Idalberto me falou que conhecia ele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Jairo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o Idalberto falou que o Jairo fazia o que na vida, além de querer ganhar o Prêmio Esso de Jornalismo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Jairo chegou a trabalhar uns 6 meses enquanto eu estava no antigo SNI. Ele chegou a trabalhar...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Jairo trabalhou no SNI também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Trabalhou.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas fazendo que tipo de atividade no SNI?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí eu não posso dizer. Eu sei que ele trabalhava em operações, mas não era a área em que eu atuava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele trabalhava no SNI? O Jairo trabalhou no SNI?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Trabalhou no SNI. Antes de 90, se eu não me engano, antes de...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. não sabe dizer o que ele fazia no SNI?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não sei. Aí não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas trabalhava na área de inteligência?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Trabalhava na área de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto, fazendo investigação... Durante esses 5 meses que V.Sa. trabalhou na Operação Satiagraha, não houve... V.Sa. passou 5 meses numa sala com um bocado de agentes. Não havia nenhum tipo de conversa, nenhum tipo de contato em relação à operação, nenhum tipo de pregamento, nenhum tipo de compartilhamento de informações de...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu gostaria de deixar clara uma coisa. Essa operação, ao que me consta, começou há 4 anos. Eu entrei há 5 meses, 6 meses do final dela, da deflagração dela. Então, eu não tive como sequer ter conhecimento de algumas coisas do passado. Por quê? Porque o Delegado Protógenes é uma pessoa altamente... que adota o sistema de compartimentação, ou seja, aquilo que você está fazendo eu não tenho que ter conhecimento. Então, isso foi adotado. Então, não havia... o perito da área financeira fazia a parte dele. Como eu não sou nem um economista nem um contador, não cabia a mim ficar perguntando. Então, sinceramente, foi usada a parte de compartimentação da operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era nessa sala que eram feitas as interceptações de comunicações telefônicas autorizadas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não tenho a menor idéia, Excelência, porque a central de fato era São Paulo. Essa sala seria mais um apoio aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tinha nenhum tipo de equipamento para interceptação dessas comunicações lá nessa sala?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que tenham me falado, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o que funcionava nessa sala basicamente?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Basicamente funcionava uma parte de apoio operacional em Brasília, ou seja, essa parte de leitura de *e-mails*; a parte administrativa, porque a gente estava aqui no centro: questões de passagens de equipe que viajava... basicamente isso.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor diria que essa estrutura aqui... Porque, se estava tudo centralizado em São Paulo, era natural que a separação de *e-mails*, a análise deles, tudo deveria acontecer em São Paulo. Essa estrutura que foi montada aqui em Brasília teria sido em função da participação de agentes da ABIN?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não acredito, Excelência, porque, quando nós fomos, essa sala já existia com praticamente o mesmo número de pessoal. Mas, como a Polícia Federal, principalmente este ano, realizou "n" operações, fatalmente o Delegado Protógenes ficou desfalcado de elementos da sua equipe.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele ficou desfalcado a partir de quando?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Áí eu não tenho... Isso foi o que ele me disse. Eu não tenho a menor idéia a partir de quando, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O comando da operação era todo em São Paulo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Todo em São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o Delegado Protógenes ficava em São Paulo ou ficava em Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele ficava mais em São Paulo do que em Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, quando ele não estava em Brasília, quem é que comandava a operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Normalmente era o perito mais antigo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que fazia o comando da operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não tinha nenhuma comunicação do escritório daqui com o de São Paulo em relação às suas atividades?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Das minhas atividades, não, mas da atividade dos peritos, sim. Era constante a troca de dados com São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Sargento Idalberto esteve alguma vez nessas operações aqui em Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que eu saiba, não, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O único contato foi esse?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O único contato foi esse.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele teria feito alguma menção de por que teria indicado o nome de V.Sa. ao Delegado Protógenes?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque ele me conhecia, sabia que eu estava aposentado e estava precisando complementar a renda.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele fez outras indicações ao Delegado Protógenes, além do nome de V.Sa.?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Além do meu nome, que eu saiba, ninguém. Pelo menos isso aí nunca me foi falado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele teria indicado também o Policial Militar Jairo para ajudar também, auxiliar essas operações?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Algum tipo de escuta ambiental foi realizada?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não é do meu conhecimento. Isso nunca foi falado na sala.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tinha nenhum tipo de escuta ambiental?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca foi falado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, vou ficar por aqui, pelo momento.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de passar a palavra ao Deputado Arnaldo, uma coisa não ficou muito clara para mim.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Presidente, só para esclarecer: acho que o primeiro inscrito é o Deputado Laerte Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu tenho aqui o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a não ser que haja um erro da Secretaria.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Houve erro da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Arnaldo Faria de Sá é autor do requerimento. Obrigado, Deputado Laerte Bessa.

Há uma coisa que eu ainda não consegui entender bem. Como o senhor definiria o papel executado pelo senhor neste trabalho? Quer dizer, se o senhor fosse agente de inteligência do Serviço Nacional de Informações e o senhor pagasse uma pessoa indicada por uma outra pessoa, a quem o senhor pagaria 1.500 reais por ela por mês para prestar um serviço? O que é isso? É um colaborador eventual? É um informante? É um X-9? É um ganso? Qual é a terminologia de uma pessoa que recebe 1.500 reais por mês, sem um contrato formal, para trabalhar numa atividade de inteligência? Como a gente encaixa essa pessoa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pelas explicações que o Delegado Protógenes me deu, eu seria um colaborador eventual, ou seja, eu estava sendo contratado sem um contrato de trabalho por um período pequeno. Seria esta a terminologia usada pelo Delegado: colaborador eventual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor recebia como? O senhor recebia um envelope? Quem lhe dava esse envelope com esses 1.500 reais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O próprio Delegado Protógenes. E eu assinava um recibo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E que dia do mês isso se dava normalmente? Era um dia certo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não existia um... Era de 30 em 30 dias, mas quando havia sobra, vamos dizer assim, que ele tinha



condições de me pagar, de me dar um adiantamento, de 15 em 15 dias. Isso aconteceu apenas 1 vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor sabe a origem desse recurso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Segundo ele, era da verba operacional da operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Verba operacional da operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seria uma espécie de uma VS, uma verba secreta?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei se seria esse o termo, mas seria uma verba da operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aí fica uma dúvida, quer dizer, eu recebo, na condição de presidente de um inquérito, um recurso para ser utilizado como verba secreta. Essa verba secreta tem que prestar contas a alguém. Então, possivelmente o Delegado Protógenes prestava contas dessa verba secreta aos escalões superiores.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Logo, os escalões superiores ao Delegado Protógenes, em tese, deveriam saber que ele estava pagando ao senhor a importância de 1.500 reais, porque o senhor assinava um recibo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Inclusive é por isso que até hoje eu ainda tenho na cabeça que eu fazia um serviço institucional para a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)



O Deputado Rodrigo Rollemberg é o primeiro autor. O segundo autor é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Dessa forma, vou passar a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg e, depois, ao segundo autor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, eu também fui autor. Eu fiz um requerimento solicitando a oitiva dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É preciso ver a ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Então veja a ordem, porque...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, em função de estar numa outra reunião da Casa e não ter assistido o depoimento do depoente, eu abro mão. Farei a pergunta posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

Deputado Arnaldo Faria de Sá com a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu agradeço ao Deputado Rodrigo Rollemberg. Eu queria perguntar ao Sr. Francisco Ambrósio como ele contratou um advogado para poder entrar com o mandado de segurança no Supremo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Economias próprias, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você mesmo contratou o advogado?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, junto com a minha família, com os meus familiares. Nós nos reunimos, fizemos, vamos dizer, uma caixinha para poder contratar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ninguém te ajudou a contratar o advogado?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As pessoas que deixaram você nessa confusão, não apareceu ninguém agora para te ajudar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Estou sozinho na despesa com a minha defesa.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você recebia a remuneração pelo trabalho que você fazia para a Polícia Federal, qual o dia do mês que você recebia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não tinha um dia específico. Normalmente eram 30 dias, mas como eu comecei a trabalhar em meados, final de janeiro, acredito que entre o dia 27 e 28 de cada mês.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o pagamento era em dinheiro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Era em espécie, em dinheiro, contra recibo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você ficou com cópia desse recibo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não senhor, mas o Delegado Protógenes tem a cópia desses recibos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que no seu depoimento inicial nesta Comissão o documento que você leu tem titulado “verdade dos fatos”? Por que você contrapõe a verdade? O que é mentira, até agora, em tudo aquilo que foi divulgado a seu respeito?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque essa verdade dos fatos que está nas mãos de V.Exa. foi inclusive colocado para a revista *IstoÉ* quando ela fez aquela matéria da primeira vez, “*O espião que abalou o Brasil*”. Ela ligou para o meu advogado solicitando uma retratação, que havia cometido determinada injustiça, que a fonte não era segura, que ia fazer uma outra revista com o mesmo destaque. Aí o meu advogado se reuniu comigo e nós fizemos essa aí, que está por acaso servindo. Como é a verdade dos fatos, está servindo inclusive para os meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual o valor que você recebia mensalmente pelos serviços prestados à PF?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Mil e quinhentos reais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Desde o início até o final, sempre foi 1.500?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sempre foi 1.500.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, quando você terminou o serviço, teve alguma indenização complementar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você acha que, só pelos 1.500, valeu a pena fazer o que você fez?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, hoje em dia, acho que não valeu. Valia pela intenção, valia pela intenção, mas sinceramente, hoje em dia...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você disse nas respostas ao Deputado Marcelo Itagiba, nosso Presidente, ao Deputado Nelson Pellegrino, nosso Relator, que não tem familiaridade com o computador. E disse também que, por estar em sigilo, você não podia deletar, não podia retirar nada. Então, como você separava, se não podia tirar nada? Separava o quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu chegava lá todos os dias, Excelência, e estava na tela já com uma pasta com todos os *e-mails* que eu iria abrir naquele dia... Que eu iria abrir não, que eu iria ver naquele dia. Eu dava uma olhadinha rápida, fazia uma leitura sem entrar no mérito. Via que era um assunto financeiro, via que era um assunto administrativo, via que era qualquer coisa tipo um empréstimo, uma planilha, por exemplo, então isso aí automati... um organograma de uma...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas de que fora você separava? Se você não podia imprimir, não podia fazer nada, se estava na tela, como você separava?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Data, hora, destinatário, remetente e o assunto tratado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só um apontamento?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Só uma ponta. E quem quisesse entrar naquela planilha não tinha acesso ao *e-mail* que estava no computador.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só aquele ponto específico?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Só aquele ponto específico. Então, a pessoa chegava e tinha aquela relação.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o responsável por separar o ponto específico era você, não tinha mais ninguém.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não tinha mais ninguém.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só você?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Só eu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você disse que entrava no Máscara Negra usando apenas o seu registro. Que registro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A carteira de identidade civil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O RG?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O RG.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E só com o RG pode entrar no Máscara Negra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu chegava todos os dias, me identificava, era fotografado na porta. Digitado no computador todos os dados da minha carteira, tinha a fotografia. A mocinha magnetizava na hora um crachá de visitante para o quinto andar, específico para o quinto andar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você ficou visitante durante 6 meses?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, por 6 meses. Não foi feito nenhum crachá com um prazo maior para mim. Todos os dias eu tinha que chegar e...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual era o prazo do crachá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Da hora que eu entrava, às 8h, até a hora do almoço; porque, quando a gente desce para o almoço, a gente tem de devolver aquele crachá. Na volta do almoço, tinha de magnetizar outro crachá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - No Máscara Negra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - No Máscara Negra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E no Sudoeste?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Lá no Sudoeste ainda não tinha esse sistema. Então, lá era mais tranquilo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Entre o Máscara Negra e o Sudoeste foi aventado um outro local intermediário. Que local foi esse?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Comigo não foi falado isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você soube que houve a possibilidade de ser um outro local, que não fosse o Sudoeste, como sede do Máscara Negra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, não me foi falado isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ouviu dizer alguma coisa de UnB, que poderia ser feita na UnB uma complementação do trabalho?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não senhor, isso não me foi falado, tanto é que eu cheguei lá em fevereiro e, em 8 ou 11 de abril, se não me engano, nós mudamos direto para o setor Sudoeste. Porque a Polícia Federal tem dois prédios ali alugados, na quadra 103.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você disse várias vezes, respondendo aos Deputados, que, quando o Delegado não estava presente, quem respondia era o perito mais antigo. Quem é esse perito mais antigo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu deixarei o nome com... Como se trata de pessoas da área de inteligência, eu não gostaria de falar o nome. Vou deixar o nome, com certeza, com o Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Antes mesmo de a matéria ter saído na revista, você foi procurado por um dirigente da ABIN, pedindo que você procurasse a Polícia Federal e desse o depoimento espontaneamente. Se a matéria não tinha nem saído ainda, por que você foi procurado para desmentir a matéria que iria sair?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na realidade, Excelência, isso aí foi um fato e eu já tinha visto a matéria via Internet. Já estava no site.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você já tinha visto, mas quem te procurou propôs o que a você?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Querendo saber se o que estava na revista era verdadeiro, ou seja, se o pessoal da ABIN teria participado, em algum momento, de escuta clandestina, de escuta legal ou ilegal. Eu afirmei peremptoriamente que isso não acontecia, porque em nenhum momento isso foi falado na nossa sala e em nenhum momento foi dada essa ordem. Eles ficaram tranquilos, e como a revista praticamente já estava em vias de vir à banca, me aconselharam que eu fosse à Polícia Federal porque já havia um inquérito apurando o problema do Ministro Gilmar Mendes. Como meu nome estava citado na revista, que eu espontaneamente fosse à Polícia Federal. Assim eu fiz.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem te procurou pedindo para você, espontaneamente, à Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Dr. Paulo Maurício, Delegado de Polícia Federal Renato Porciúncula, que depois vim a saber que estava a serviço da...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E que dia foi isso, esse contato do Paulo Maurício e do Porciúncula com você?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi uma sexta-feira, se não me engano, 5 de setembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse contato consigo foi feito de que forma? Via telefone, via intermediário? Como foi esse contato?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu inclusive estava fora de Brasília. Aí fizeram o contato telefônico, através do meu celular — devia ser por volta de 22h — porque eles queriam ter uma conversa comigo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que depois, reservadamente, ele forneça o número do celular para a Comissão para que a gente possa confirmar essa informação. Não precisa dizer o número agora; depois você fornece o número à Comissão, para a gente obter a quebra de sigilo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pois não.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, foi telefone que fizeram contato consigo para poder ter essa reunião com o Porciúncula e com o Paulo Maurício?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, me ligaram e marcaram nas proximidades da minha casa, na Asa Norte...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não estava fora de Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, estava fora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estava onde?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Fora de Brasília, mas estava no Distrito Federal; eu estava numa chácara.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Fora do Plano Piloto, mas aqui em Brasília mesmo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, aqui no DF mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você se encontrou com eles onde, depois do contato telefônico?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu encontrei na 312 norte.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que era lá?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Uma casa de massas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Casa de massas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que esse encontro em casa de café, em casa de massas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque eu estava fora de Brasília com a minha família. Eles alegaram que não tinham onde se encontrar. Aí marcaram nessa casa de massas, que seria o lugar mais próximo de onde eles estavam.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E nessa casa de massas encontraram-se Porciúncula, Paulo Maurício, V.Sa. e mais quem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - E o Dr. Campana.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além do Dr. Campana...
Então, estavam os 3 da ABIN: Campana, Paulo Maurício e Renato Porciúncula?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. A princípio eu pensei que o Dr. Renato, como ele se apresentou como Delegado de Polícia Federal, eu pensei que ele fosse da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas ele era da ABIN também.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Mas ele estava cedido à ABIN. Então, foi o Dr. Paulo Maurício, o Dr. Campana, que não falou absolutamente nada, que nos acompanhou, e o Dr. Renato Porciúncula.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não acha que era muita preocupação deles com uma matéria que não tinha saído ainda, mesmo que estivesse na Internet, de eles quererem um depoimento seu desmentindo a Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu achei que havia uma preocupação deles com a instituição, porque é uma coisa que... O Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba sabe que é uma coisa que se preza muito é a instituição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além dos 3 e da sua pessoa, havia mais alguém com você, um advogado seu, um amigo seu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você estava sozinho?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Estava sozinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você não achou preocupante ir sozinho a esse encontro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência, porque o Paulo Maurício, por exemplo, era uma pessoa que eu já havia conhecido há 10 anos atrás.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, já tinha uma boa relação com o Paulo Maurício.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele trabalhou comigo na...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, quem começou a armar essa reunião na casa de massas foi o Paulo Maurício?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei, sinceramente não sei. Eu sei que foi ele que me ligou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, foi ele. O contato primeiro foi com ele. E se esse contato primeiro fosse do Porciúncula ou fosse do Campana, você teria ido também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu acredito que não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, o Paulo Maurício te atraiu para esse encontro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, porque era a pessoa que eu conhecia. Eu não conhecia o Dr. Renato, eu não conhecia o Dr. Campana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E nesse encontro na casa de massas, quem começou a conversa consigo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Dr. Paulo Maurício.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você pode relatar algo que não te comprometa desse encontro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se te comprometer eu fico quieto, mas se não te comprometer, gostaria que você relatasse.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não, tranquilo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, vamos lá.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele me disse o seguinte, que estava, na Internet, já inclusive com a capa; que fatalmente a revista estaria nas bancas no sábado ou no domingo e que estavam envolvendo a participação dos agentes da ABIN...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E era normal o Paulo Maurício falar consigo ou...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, foi a primeira vez que ele falou comigo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E como que ele conseguiu seu telefone?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eles têm o meu telefone.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eles têm por quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque todo ano eu sou obrigado a retornar à ABIN, no Departamento Pessoal, para fazer o meu recadastramento. Aí, todo ano eu deixo endereço e telefone.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Paulo Maurício falou uma coisa diferente aqui no depoimento dele. Aliás, ele chegou até, no primeiro momento, a dizer que não te conhecia. Depois, pressionado,...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu li, eu li.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... ele acabou admitindo que te conhecia. Não acha estranho a pessoa usar você para participar de uma reunião, chega aqui diz que não te conhece, depois na contradita é que ele foi dizer que te conhece?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu achei estranho, mas o fato que aconteceu foi esse. De fato, ele me procurou por telefone e eu vim contatar com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que o Dr. Porciúncula falou com você nessa reunião?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Praticamente nada. Ele seria o Delegado que conheceria o presidente do inquérito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas eu tenho a informação de que o Dr. Porciúncula teria falado com o seu advogado. É verdade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu tenho a informação que o Dr. Porciúncula teria falado com o seu advogado. É verdade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o Dr. Campana, o que ele falou nessa reunião com você?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Dr. Campana não falou absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ficou só de campana?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ficou só de campana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que houve a proposta do Dr. Porciúncula de te acompanhar na Polícia Federal e, depois, ele não ir à Polícia Federal com você?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque seria um sábado e eu teria uma certa dificuldade de entrar na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas eu estou dizendo, ele assumiu o compromisso de ir com você na Polícia Federal.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Verdade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois, ele não foi. Por que você continuou indo se ele não estava te acompanhando...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... e se ele é que faria que a abertura de portas para você na Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque ele me disse que estaria no sexto andar me aguardando. Eu fui, passei na portaria, um rapaz me encaminhou até o sexto andar. Quando eu cheguei lá, ele não estava.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele tinha marcado com você um encontro dentro da PF já no sexto andar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Já no sexto andar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você tinha facilidade de chegar até o sexto andar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque o rapaz da portaria, no sábado, já estaria informado de que eu iria chegar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando você chegou na portaria, realmente houve essa facilidade para você entrar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Houve.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Houve?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Me mandou aguardar um pouquinho, daí a pouco o escrivão desceu e me levou para o sexto andar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando você chegou no sexto andar e não encontrou o Renato Porciúncula, você não estranhou que aí tinha alguma jogada contra você?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, eu perguntei por que o Dr. Renato não estava presente, aí me falaram que ele iria chegar um pouco mais tarde.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E chegou?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não chegou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Te largou sozinho?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria, inicialmente, de saber do depoente Francisco Ambrósio do Nascimento se ele confirma a matéria da *IstoÉ* de que ele tinha coordenado uma equipe que fez escuta de 18 Senadores, 26 Deputados, Ministros de Governo e altas autoridades do Poder Judiciário.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, nego isso peremptoriamente, e acredito que isso seja, inclusive, um delírio.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - De onde você acha que os repórteres da *IstoÉ* que fizeram essa matéria tiraram essa informação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, eu não sei, porque eu nunca trabalhei nessa área em toda a minha vida, e isso é fácil de ser comprovado. É só pedir os meus antecedentes com a relação de onde eu passei, porque eu nunca fui dessa área técnica.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Mas, você deu entrevista à *IstoÉ*?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Dei uma entrevista à *IstoÉ*. Após...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Que originou essa matéria?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Negativo. Essa matéria foi feita à minha revelia. Eu não fui procurado para confirmar nenhum dado, para checar nenhum dado sobre isso. Tanto é que, posteriormente, a revista, inclusive, procurou meu advogado, o Dr. Cleber, solicitando que fosse dado a eles o direito de uma retratação, porque eles haviam cometido um erro com a minha pessoa. E isso foi feito. Aí, sim, eu dei a entrevista.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Então, o senhor afirma que a *IstoÉ* o procurou para fazer uma retratação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Uma retratação.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - A revista se retrataria da entrevista anterior?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Se o senhor permitir, o meu advogado pode até esclarecer melhor como é que foi feito.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Gostaria.

O SR. CLEBER LOPES - Deputado, houve a publicação, matéria de capa. Na segunda-feira, a revista me telefonou, sabendo que eu tinha sido constituído... Aliás, eu fui constituído na segunda-feira especificamente. Na terça-feira, melhor dizendo, a revista me telefonou e, na quarta-feira, novamente me telefonou, eu estava em São Paulo. Voltando a Brasília, no meu escritório, foi feita uma reunião, e aí saiu uma segunda matéria. Saiu uma segunda matéria onde a revista, aí sim, publica a negativa alusiva ao suposto grampo havido no Supremo Tribunal Federal. Então, há duas matérias: uma primeira matéria, que foi publicada na capa, e uma segunda matéria onde a revista esclarece essa questão relativa ao grampo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Essa segunda entrevista foi gravada?

O SR. CLEBER LOPES - Foi gravada pela reportagem e parte do que foi gravado... Naturalmente há uma edição da revista, não temos controle sobre isso, mas a segunda matéria publica, *ipsis litteris*, com algumas distorções, o que é absolutamente natural, lamentavelmente, há algumas distorções, mas, grosso modo,



houve uma publicação retificando aquela afirmação categórica da capa anterior de que ele teria sido autor do grampo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor autoriza que essa fita, caso a *IstoÉ* a detenha, possa ser ouvida pelos membros da Comissão? A íntegra da gravação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Perfeito. O senhor se encontrou com o Delegado Protógenes algumas vezes fora da sede da Polícia Federal, sim?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Após o meu desligamento, me encontrei.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Durante o período de trabalho, o senhor se encontrou com ele fora das dependências da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, eu só me encontrava com ele na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Não se encontrou nenhuma vez fora da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nenhuma vez.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Só depois do desligamento da operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Só depois... Depois do desligamento não; nós mantivemos um contato de amizade.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor trabalhava na sede da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Inicialmente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor teve contato com quantos servidores da ABIN?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que passaram por lá enquanto por lá eu estive, em torno de 3 a 4.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Quem são eles?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como se trata de homens de inteligência, profissionais de inteligência, já me comprometi com o Presidente de deixar os nomes com ele aqui.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Como é que era a sua relação com os profissionais da Polícia Federal e da ABIN nesse processo de investigação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Cada um fazia a sua parte. Nesse meio existe uma coisa que se chama compartimentação, ou seja, eu não tenho necessidade de conhecer o que o Deputado conhece. Então, cada um faz a sua parte e, no final do dia, está pronto o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - É comum os órgãos de investigação e de inteligência utilizarem pessoas de fora, que não são servidores públicos, para fazer esse tipo de investigação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu acredito que sim, Excelência. Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Você acha que isso é uma prática comum, utilizar ex-profissionais do serviço de informação, já aposentados, que hoje estão na vida privada, para participar desses processos investigativos?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu não diria para participação efetiva de uma investigação, até porque eu não participei efetivamente da investigação. Eu prestei um serviço específico.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor, como ex-profissional da área de investigação, não tinha conhecimento de que, como ente privado, naquele momento, estava cometendo uma ilegalidade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, a partir do momento em que eu fui contratado pelo presidente do inquérito para desenvolver um trabalho específico, eu acreditava que eu estava institucionalmente trabalhando para aquilo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor não tinha conhecimento de que naquela investigação se teria acesso a dados sigilosos?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Até porque eu não tive acesso aos autos, eu não tive acesso ao processo propriamente dito. Eu tive acesso apenas a uma coisa periférica.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Os servidores que compartilhavam dessa investigação sabiam que o senhor não pertencia aos quadros da Polícia Federal ou da ABIN?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, todos aqueles que eram agentes ou delegados de Polícia Federal ou perito que passaram durante a minha permanência lá sabiam que eu era um aposentado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Desde o início desse processo sabiam.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. No começo até que não, me apresentaram como aposentado, mas, 2, 3 dias depois, já sabiam que eu era aposentado não da ABIN, mas da antiga SSI, que hoje em dia é a ABIN.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Então, desde o início desse processo os servidores da ABIN que davam suporte à operação da Polícia Federal já sabiam que o senhor não era funcionário público.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, os da ABIN?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ou os da Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Da ABIN.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Os da ABIN. Os da ABIN sabiam que eu era da ABIN, que eu fui aposentado pela ABIN.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Há uma contradição aí, porque...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Explico. Então, vamos explicar: os agentes, os funcionários da Polícia Federal, sejam delegados ou agentes, eu fui apresentado a eles inicialmente como sendo um aposentado que iria prestar um serviço ali para o delegado. Dois ou 3 dias depois, até em bate-papo mesmo, eles já sabiam que eu era aposentado da ABIN, porque eu mesmo falei. Os analistas da ABIN que para lá foram, para mim oficialmente, porque eles se



apresentavam, também sabiam que eu era, de imediato ficaram sabendo que eu era aposentado da ABIN. Então, eu não vejo...

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Não, é uma contradição, porque o diretor da ABIN que esteve aqui disse que só posteriormente é que os servidores da ABIN tiveram conhecimento de que o senhor não fazia parte nem dos quadros da ABIN, nem dos quadros da Polícia Federal.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah, sim, Excelência, eu posso explicar tranquilamente. O que é que acontece? Como eu estava afastado há 10 anos da ABIN e eu não freqüentava mais a parte de Inteligência Operacional da ABIN, é claro que esses funcionários que são novos não me conheciam. Batendo papo com eles foi que foi esclarecido que eu era um antigo funcionário de lá.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor tem conhecimento de que há uma indústria de prestação de serviços de interceptações telefônicas ilegais, de serviços de escutas ilegais e de espionagem, feitas por segmentos privados?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, Excelência, isso aí a gente pode, todo dia, verificar nos classificados dos grandes jornais do País.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Você acha que essas instituições, essas empresas normalmente se utilizam de serviços de ex-servidores do serviço de informações?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pode ser. Agora que seja do meu conhecimento não conheço nenhum.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Na sua opinião, como profissional da área que foi, o senhor acha que essas maletas da ABIN são capazes de realizar escuta telefônica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu estou defasado no tempo e no espaço há 10 anos. Eu, sinceramente, não sei como sequer funcionam essas maletas. Então, eu prefiro acreditar na versão que se está dando de que elas não são capazes de fazer gravações.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - O senhor está afastado da ABIN, mas o senhor não exerce, não presta nenhum tipo de consultoria, de apoio, a empresas privadas nessa área de informação?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu me disponho, inclusive, a abrir a minha... o meu sigilo bancário e fiscal para que esta Comissão fique tranqüila e com a absoluta verdade de que, nesses 10 anos, eu não desempenhei nenhum tipo de atividade remuneratória.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Francisco Ambrósio, é um prazer conhecê-lo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Obrigado. Igualmente.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, a nossa investigação hoje está focalizada no grampo ilegal que foi feito do Ministro do Supremo Tribunal com o Senador Demóstenes Torres. Essa situação é muito preocupante. E, focalizado nisso, eu, como policial, como V.Exa. também é policial, nós somos muito cobrados nessa investigação, principalmente pelo fato de a gente ser policial investigador. E, devido a isso, já há algum tempo, eu tenho procurado trabalhar nos bastidores, com o objetivo de ajudar a nossa CPI no sentido também de solucionar esse fato tão grotesco que aconteceu na vida do País.

Junto com essa investigação, eu me aproximei muito do “submundo” da Inteligência. “Submundo” entre aspas, tá? Eu queria dizer que eu entrei nos bastidores da Inteligência para fazer uma investigação melhor, mesmo porque eu havia declarado em uma das nossas reuniões que o Ambrósio seria uma pessoa desqualificada e seria um grampeiro. Eu quero, nesta oportunidade, dizer que eu errei. Eu me confundi quando eu citei que o Ambrósio era uma pessoa dessa natureza, pois não é. Foi engano que eu tive, e quero expressar aqui na CPI, para que isso fique bem formalizado.

O Sr. Ambrósio é, muito pelo contrário, uma pessoa humilde que eu aprendi a conhecer, apesar de pessoalmente estar conhecendo hoje e sei que ele sempre foi um excelente analista da época do SNI e também da Aeronáutica, quando ele trabalhou na Inteligência da Aeronáutica. E sei também que o Ambrósio nunca se tratou nesse tipo de investigação que é a escuta telefônica. O Ambrósio é um



excelente analista, volto a repetir. Infelizmente, ele foi condenado, ele foi julgado e condenado por uma revista do nosso País e está sendo hoje crucificado, ele está sendo massacrado hoje por toda a imprensa e também até pelos nossos, pelas nossas centrais, mesmo porque a CPI tem batido muito no Ambrósio, tanto a CPI, como a Comissão Mista. E eu queria dar esse depoimento aqui, com um certo conhecimento de que o Sr. Ambrósio não tem nada a ver com o grampo do Presidente do Supremo com o Senador da República. Ele está sendo o vilão da história, tanto ele, como Idalberto também. O Idalberto nem sequer participou da Operação Satiagraha. Eu posso dizer isso porque eu procurei me informar. E o que está escrito aqui e o que tem declarado o próprio Idalberto é a realidade. Não estou falando nada de mais. Eles mesmos já responderam à realidade dos fatos.

Então, mesmo porque, Sr. Presidente, Sr. Relator, a Polícia Federal não precisaria de utilizar o Sr. Francisco Ambrósio para fazer uma escuta clandestina ou mesmo uma escuta legal, autorizada, porque a Polícia Federal tem dentro da sua Inteligência pessoas, técnicos competentes para fazer esse tipo de trabalho. Então, eu acho que por aí nós poderíamos já afastar essa condição de querer culpar o Sr. Ambrósio.

Por outro lado, eu queria esclarecer, Sr. Presidente, que as investigações nossas, apesar de estarem ainda em andamento, nós poderíamos afunilar a nossa investigação, as nossas investigações para os “peixes grandes”, esquecer um pouquinho essas pessoas que estão sendo ouvidas mais para especular se a ABIN tem Inteligência, se não tem Inteligência, se a ABIN tem equipamento de fazer grampo ou não. Isso não interessa para nós, não interessa. Não interessa também saber se o Ambrósio analisou os *e-mails* ou não, ou se ele só separou, como ele disse aqui. Não vou discutir isso. Ele está dizendo que separou, eu vou até acreditar nele, mas, na minha opinião, eu acho que ele fez análise. E qual o crime que ele cometeu em fazer essas análises nesses *e-mails* que foram solicitados pelo Delegado Protógenes? O Delegado Protógenes solicitou ele para fazer esse serviço. Eu acho que ele estava prestando um serviço para a Nação, mesmo porque a investigação é muito importante para o País, porque tem um bandido muito grande, um bandido em tese, que está sendo investigado ainda. Mas que hoje as



investigações não estão mais centralizadas nele, não estão mais centralizadas no até então Daniel Dantas.

Então, veio a preocupação: o Delegado Protógenes contratou o Sr. Francisco Ambrósio para fazer, vamos supor, fazer a análise de alguns *e-mails* de um HD. Como um policial qualquer, como eu e V.Exa., que é policial também, eu tenho certeza que V.Exa. já fez muito, contratar um chaveiro para abrir uma porta para fazer uma busca e apreensão. Eu já contratei, já paguei chaveiro até do meu bolso para abrir uma porta para mim, porque nós não tínhamos policiais competentes para abrir uma porta para fazer uma busca e apreensão. Então, era contratado. Isso é uma coisa legal, isso é uma coisa legal. Então, nós não temos que crucificá-lo, se ele fez análise ou não. Então, nós temos que partir para as coisas que estão bem visual nas nossas investigações. Não quero acusar ninguém, porque nós estamos caminhando para um perigo muito grande que é a estrutura das interceptações telefônicas clandestinas.

Aí eu pergunto: quando foi a primeira prisão do Sr. Daniel Dantas e companhia? Dia 8 de julho. A segunda prisão, dia 10 de julho. No dia 11 de julho, ele estava liberado.

O grampo, este fatídico grampo, aconteceu no dia 15 de julho. Aí eu perguntaria: quem teria interesse para fazer esse grampo? Quem teria interesse? Não quero acusar o Dr. Protógenes, não quero acusar a Polícia Federal, mas está claro, é muito importante, que a própria Operação Satiagraha poderia ter o interesse de saber o motivo da liberação daqueles que possivelmente teriam cometido crime contra a nossa Nação.

A ABIN está descartada. Eu sempre defendi a ABIN aqui e continuo defendendo. A ABIN não tem equipamento para fazer escuta clandestina. Está provado que a ABIN não tem equipamento para fazer essa escuta clandestina. Eu sempre falei isso desde o começo, porque eu conheço o sistema da ABIN e conheço a sua estrutura. E as maletas foram agora esclarecidas por um laudo da própria Polícia Federal. O Instituto de Criminalística da Polícia Federal esclareceu que realmente as maletas adquiridas pela ABIN não eram capazes de realizar escutas telefônicas.



Então, voltamos para a situação. Agora, a auditoria dos equipamentos da Polícia Federal é importante até para esclarecer se, realmente, tirar a dúvida de a Polícia Federal ter realizado essa escuta clandestina.

Eu tenho certeza que a Polícia Federal não fez essa escuta clandestina, porque eu sei que o Delegado Protógenes é inteligente o suficiente para não cometer um grande erro desse. Mas a preocupação minha também, que não é só pela investigação do inquérito na Polícia Federal, também é nossa, Sr. Presidente, porque o Ministério Público apreendeu os equipamentos da Polícia Federal, apreendeu 10 maletas que aí, sim, poderiam fazer escutas clandestinas sem autorização judicial e sem o apoio das empresas telefônicas. Essas maletas são perigosas, essas 10 maletas.

E fiquei sabendo também que a GEPEN tem uma maleta dessas. Desculpem, DEPEN, o Departamento Penitenciário, ligado à Secretaria Nacional da Justiça, do Ministério da Justiça. Eu fiquei horrorizado de saber que o DEPEN teria essa maleta. Para quê? Para grampear os presos?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na verdade, a justificativa que me veio é que esse equipamento foi adquirido na época do Pan e, depois, ele foi utilizado para fazer monitoramento de linhas telefônicas nos presídios, para efeito de interceptação depois.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Totalmente ilegal. É um absurdo isso, não é, Sr. Presidente? Quer fazer alguma observação, Sr. Presidente? É um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Depois. Deixo V.Exa. terminar.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Tá. É um absurdo. Agora, o DEPEN está fazendo escuta telefônica também — até. Eu sabia que o Ministério Público já fazia, não é? Não tem competência, mas faz. A Polícia Rodoviária faz escuta telefônica. Agora, o Departamento Penitenciário da Secretaria Nacional de Justiça!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Parece-me que não está com o DEPEN esse equipamento. Foi adquirido pelo DEPEN e foi repassado para os Estados. Tem que verificar essa situação.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Temos que verificar, temos que investigar isso, não é, Sr. Presidente? Então, é uma preocupação muito grande. Preocupação também que hoje o Ministério Público está fazendo investigação paralela à Polícia Federal. Nós temos que confiar na Polícia Federal, que está investigando. Agora o Ministério Público está investigando, está ouvindo gente, está usurpando a função da Polícia Federal, ouvindo gente, apreendeu os equipamentos. Vão contratar pessoas fora da Polícia Federal para fazer análise das maletas da Polícia Federal. Isso é muito grave, e também essa maleta que estaria com o DEPEN.

Então, eu fico preocupado que essa investigação paralela — até acredito que ela esteja bem adiantada, porque eles estão com os instrumentos hoje que fazem grampo pseudolegal, que são as maletas que saem do Guardião. Aí me preocupa: por que o Delegado Demóstenes, que eu tanto defendi aqui, pediu, durante a investigação, uma maleta para o Delegado Lorenz?

Eu fico preocupado. Poxa! O Guardião tem tudo, domina tudo, para que pedir maleta? Eu fiz essa pergunta para o Diretor da Polícia Federal. Ele disse que realmente ele pediu, mas foi negado. Foi negado esse pedido.

Então, esse depoimento meu, Sr. Presidente, ele vem só esclarecer alguns fatos. Que muita gente esquece de citar que nós temos que avançar nesse sentido, porque não sai daí a interceptação. E outro suspeito: as empresas telefônicas são altamente suspeitas, e nós não direcionamos ainda a nossa investigação para as empresas telefônicas. Nós temos que dar uma vasculhada lá, verificar, fazer auditoria nos equipamentos deles. Porque nós sabemos muito bem. Esta semana eu vi uma declaração de um investigador particular dizendo que pagava 10 mil reais por escuta telefônica, dentro de uma empresa telefônica. Isso é um absurdo. Quem tem mais o poder de fazer uma escuta hoje é a própria empresa telefônica. Será que esse grampo do Ministro não saiu lá de dentro da empresa telefônica? Nós temos que verificar isso.



Então, é um fator muito importante que estou colocando aqui, e nós temos que parar de ficar intimando pessoas, solicitando presença de pessoas que não vão colaborar em nada nas nossas investigações.

Eu descarto o Ambrósio. O Ambrósio é uma pessoa que não tem nada a ver. Pode até ter feito análise de meios lá na Polícia Federal. Não tem problema nenhum. Se você fez, não precisa negar. Você estava fazendo um serviço para a Nação. Você estava trabalhando — apesar que você estava ganhando muito pouco: 1.500 é muito pouco para fazer um trabalho desse. E acho também que nós devemos...

O Idalberto também, que agora mesmo vai chegar aqui, o Idalberto não tem nada a ver com a operação, não tem nada a ver, não participou. Eu falo isso com conhecimento de causa.

A princípio, nós, num primeiro momento, até eu pensei no Idalberto depois que nós tivemos uma conversa reservada com o Paulo Maurício, da ABIN. Nós tivemos uma conversa reservada com o Paulo Maurício. A conversa reservada foi só questão de 3 minutos, que não sei quem da nossa reunião saiu e deu entrevista para *O Globo* de uma conversa reservada. Deu entrevista para *O Globo*. Isso aí é terrível para nós. Naquela ocasião, nós ficamos: “Pôxa, o Idalberto poderia ser uma pessoa...” Poderia, mas não é. Ele não tem esse equipamento para fazer isso; não participou dessa de não sei o quê, de não sei o que lá.

Eu não quero fazer uma defesa aqui, não; eu quero alertar as pessoas porque nós temos de caminhar num direcionamento que nós podemos chegar até onde o Ministério Público está hoje. O Ministério Público está fazendo... Apesar de eles não terem competência para fazer investigação, de estarem usurpando a função da Polícia, eles estão no caminho certo. Estão no caminho certo. E acho também que a Polícia Federal, na investigação dela, está no caminho certo.

Então, é essa a minha preocupação. E, para encerrar, eu só queria fazer uma pergunta para o Ambrósio, depois desse esclarecimento: essa informação de que Protógenes teria em mãos um arsenal que destrói o Governo passado, o atual e o próximo. Ele comentou isso com quem? Parece-me que tem um depoimento seu comentando sobre isso. Eu queria saber, Ambrósio, sobre essa declaração de Protógenes; houve essa declaração? Alguém lhe contou que realmente existiu essa declaração?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, isso aí foi atribuído a mim, que eu teria comentado com alguém, pela própria Revista *ISTOÉ*.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Hã...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que essa frase teria sido minha.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Hã...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando, na realidade, não. E desconheço...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Protógenes nunca fez esse comentário contigo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Sinceramente, não.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não.

Só mais uma pergunta, para encerrar: na sua experiência, que você tem, de Inteligência — a sua vida foi toda pautada dentro da Inteligência, desde a época que você era militar e também no próprio SNI —, você acha, na sua concepção, que tem um equipamento, no meio da bandidagem, principalmente aqui no Distrito Federal, um equipamento que tem essa competência? Esse equipamento tem essa competência — vou dizer “competência” —, para fazer uma escuta telefônica ilegal, como tem a Polícia Federal, naquelas 10 maletas?

Você pode informar isso? Eu li um depoimento seu, de funcionário da Inteligência durante esses anos todos.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao senhor pelos esclarecimentos que o senhor prestou. Não havia necessidade de ele me pedir desculpas com relação a isso. Respeito muito...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas é bom esclarecer... Da forma que eu acuso as pessoas, como eu acusei você, indevidamente, confundindo você com outra pessoa, informações erradas, eu quero esclarecer, em público, que eu fui leviano em fazer aquelas acusações contra V.Sa.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso só enaltece a sua figura perante mim. Excelência, hoje em dia, com o desenrolar... com a tecnologia



adotada pelo crime organizado, eu acredito que não só em Brasília, mas em todo o Brasil existem, sim, pessoas que detêm maquinário para esse suporte todo.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Para fazer um grampo...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - ... dentro daquele sistema da ERB ou fora da ERB? Só dentro da ERB?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí eu não sei porque eu não sou... eu não tenho conhecimento técnico.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Tá.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Mas eu acredito que hoje em dia o crime organizado possa ter, sim.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Tá bom, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de passar a palavra ao próximo, que é o Deputado Fruet, gostaria de tecer algumas considerações sobre a fala do Deputado Laerte Bessa, que colocou algumas coisas com bastante propriedade.

Embora alguns membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito sejam policiais, aqui não se faz um trabalho de Polícia. Aqui se faz um trabalho de amostragem, na busca de determinados fatos relacionados com o objeto da nossa apuração.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por isso é que eu vou esclarecer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - "Você é delegado de Polícia e não vai descobrir isso?" Não é? Eu sei que V.Exa. também recebe esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por isso é que eu vou esclarecer; e acho importante fazer esse esclarecimento.

E nós estamos mostrando, através de várias atuações e de vários setores, fatos que são importantes para o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



V.Exa. afirma que tem o conhecimento de que a ABIN não tem equipamentos de interceptação, de que não realiza interceptação. Mas nós sabemos da origem da ABIN. E sabemos que, no período chamado de período do Governo militar, havia equipamentos de escuta e cabos dedicados, ligados diretamente ao Serviço Nacional de Informação, como havia para determinados serviços de inteligência militar.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, naquela época, não precisava de equipamento: um simples “relezhinho”, com um gravadorzinho, fazia escuta em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Exatamente.

Então, quer dizer, quando nós estamos analisando essas questões, nós estamos trazendo essas informações todas para dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quando nós analisamos a questão específica da Satiagraha — e o único que até hoje é considerado como investigado e denunciado pela prática de crime de interceptação telefônica é o Sr. Daniel Dantas; e todos nós o sabemos porque ele é réu numa ação em São Paulo, pela prática, junto com a empresa Kroll, de interceptação telefônica —, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal nos impediu o acesso a esse dado que levaria o Sr. Daniel Dantas, com certeza, a ser indiciado nos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta é a razão, inclusive, pela qual nós pedimos cópia desse procedimento; e essa é a razão pela qual nós necessitamos ter acesso para poder chegar a uma determinada conclusão no que diz respeito à participação desse indivíduo.

Não obstante, no curso desses questionamentos, surgiram outros questionamentos. Nós só estamos discutindo aqui a ABIN porque o Sr. Ministro da Defesa, do Governo ao qual a ABIN pertence, diz que a ABIN possui equipamentos de interceptação telefônica.

Nós não estamos aqui levianamente dizendo que a ABIN tem. Quem disse que a ABIN tem equipamentos de interceptação foi o Sr. Ministro da Defesa. E disse aqui; e disse à imprensa; e para cá encaminhou alguns documentos que terão de ser analisados e terão de ser periciados pelo grupo designado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, até para que, ao final, nós possamos chegar a um resultado: se existe ou não existe; até porque os próprios equipamentos já citados,



que já foram tornados públicos, que dizem respeito à interceptação de ambiente, em tese, também não são equipamentos permissíveis de serem utilizados por quem não é Polícia Judiciária, sem autorização judicial.

Então, eu acho que o caminho desta CPI é o caminho correto. Nós estamos trazendo os fatos para, ao final, produzir um relatório que traga no seu bojo uma regulamentação que permita a utilização desse instrumento tão necessário ao combate ao crime de colarinho branco, ao crime organizado, aos crimes de corrupção, principalmente, mas que ao mesmo tempo não sejam utilizados por quem não tem atribuição e competência — como V.Exa. cita o Ministério Público, como eu cito aqui a Polícia Rodoviária Federal, que fez interceptações autorizadas pela Justiça, ao arreio da lei.

Então, todas essas questões estão sendo trazidas para o bojo desta investigação que nós estamos realizando. Para quê? Para, ao final, produzirmos uma peça legislativa que possa instrumentalizar as Polícias para continuarem a usar esse instrumento tão necessário no combate ao crime e, ao mesmo tempo, estabelecer os devidos limites, por parte do próprio Poder Judiciário, em cima desse instrumento. Quando nós assistimos e não temos a explicação — e possivelmente teremos — que uma determinada Comarca... de 2.700 interceptações realizadas no Estado, uma pequena Comarca de 80 mil habitantes tem 700 interceptações, há um desvio. E nós precisamos analisar esse desvio.

Então, eu acho que é importante, inclusive, o Supremo Tribunal Federal entender a necessidade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem de ter acesso a esses documentos, para poder, ao final, propor avanços no sentido da utilização desse instrumento para continuarmos a combater, juntos, o crime de colarinho branco, o crime organizado, o tráfico de drogas, o seqüestro, principalmente os crimes de corrupção, mas acima de tudo para que nós possamos fazer aquilo que temos de fazer: um processo legislativo que permita, olhando todo esse apanhado, poder fazer a melhor lei possível.

E aqui nós não estamos preocupados em dar alguém como culpado de determinado crime. Mas é importante ouvir todas essas pessoas, para que elas possam, inclusive, dar as suas opiniões.



Aqui, o Sr. Ambrósio foi acusado por uma revista de ter praticado o crime. Então, é importante, inclusive para o Sr. Ambrósio, poder vir a público e trazer a sua versão.

Aqui nós não estamos cerceando as pessoas de aqui comparecerem e colocarem os seus pontos de vista a respeito dos fatos que lhes foram imputados. Então, aqui é uma possibilidade de o Sr. Ambrósio esclarecer algo que levou inclusive V.Exa., por um erro de interpretação, de pensar que é determinada outra pessoa, até com grande dignidade colocar aqui que se enganou.

Então, eu acho que é importante a presença do Sr. Ambrósio porque ele pode esclarecer essas questões. Agora existem coisas que devem ser analisadas, que surgiram, não por culpa nossa, mas surgiram no bojo de outros questionamentos. Está clara a existência de uma disputa no Poder do País, em função de pontos de vista do Ministro da Defesa e do Ministro da Segurança Institucional. Está claro que existe um desencontro entre o Departamento de Polícia Federal e a ABIN, que têm de trabalhar, sim, integrados e em conjunto nos crimes, por exemplo, relativos a espionagens praticadas no País, nos crimes de terrorismo que porventura possam estar sendo articulados na região da tríplice fronteira. Ou seja, existe um mandato comum às 2, onde elas devem se integrar e trabalhar.

Agora, o questionamento que nós temos de fazer aqui: será que também nessas questões que não são de interesse do Estado brasileiro no sentido de defesa do Estado também cabe essa participação? É algo que nós precisamos observar para, até o final, poder emitir o nosso parecer.

Ministros da Suprema Corte, por exemplo, entendem que não pode. Nós poderemos até chegar a uma conclusão diferente e até poderemos propor legislação no sentido de que isso seja uma prática comum.

Então, eu acho que todas as questões aqui trazidas pelos requerimentos de cada um dos Deputados que apresentaram seus requerimentos, que foram votados, estão sendo muito úteis e muito pertinentes, bem como essa manifestação de V.Exa.

Eu passo agora a palavra ao Deputado...

Pois não, Deputado Laerte Bessa.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - V.Exa. está com a razão. Realmente, isso é muito importante.

E mais importante ainda, Sr. Presidente, será, no final, um anteprojeto que nós vamos preparar, porque eu tenho certeza de que esta CPI, hoje, está preparada para fazer uma legislação, para fazer um projeto para regularizar essa situação da escuta, tanto a escuta do telefone comum quanto do telefone celular, que hoje é digitalizado.

E acho que nós temos hoje todos os elementos, mesmo porque nós começamos a nossa investigação para saber como funcionam os equipamentos. Nós fomos até Florianópolis, nas 2 empresas que fabricam os equipamentos hoje usados pelas Polícias, e tomamos conhecimento de toda aquela circunstância que envolve um grampo telefônico. E acho que nós estamos aptos hoje — não é, Sr. Relator? — para formalizar um projeto que, aí sim, com base, nós poderemos resolver essa situação do grampo telefônico no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só me cabe ainda, antes do Deputado Rollemburg, dizer o seguinte: eu estou encaminhando, inclusive, recortes de jornais publicados pela principal imprensa do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde os serviços de gravações são oferecidos, para que a Polícia Federal, para que o Ministério Público Federal adotem as medidas necessárias e cabíveis e de sua exclusiva competência, de apuração do crime, porque aqui nós detectamos o fato e encaminhamos às autoridades competentes para que façam o seu trabalho e o seu papel.

Já resultou na Operação Ferreiro, que foi realizada na Polícia Federal em São Paulo, onde funcionários das empresas de telefonia vazavam dados de extratos que são dados considerados confidenciais.

Então, até mesmo uma matéria que eu acho importante assinalar, que saiu na *Veja...* Não na *Veja*, mas saiu nas notas da *Veja*, num determinado *blog*, dizendo que as empresas fizeram um conluio para nos encaminhar as informações de forma truncada, para que nós não tivéssemos o acesso de forma linear. Daí a minha determinação no sentido de fazer uma planilha onde se preencham as lacunas, para que nós possamos ter os dados de que precisamos para estabelecer os fatos verdadeiramente. E nós estamos encaminhando à imprensa.



Deputado Rollemberg. Depois, os questionamentos do Deputado Fruet.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Um comentário de 1 minuto, Sr. Presidente.

É inegável que, hoje, se há uma instituição que goza do prestígio e do reconhecimento da população brasileira, é a Polícia Federal, pelo trabalho que vem realizando, de combate ao crime organizado; enfim, de combate à corrupção. E é por isso, Sr. Presidente, que eu lamento, e lamento profundamente, isso que nós estamos vivendo neste momento, porque a Polícia Federal vinha fazendo uma investigação, desbaratando uma quadrilha poderosíssima, e hoje não se fala mais em Daniel Dantas. Realmente, o fato de se terem utilizado instrumentos ilegais e inapropriados mudou completamente o foco dessa questão. E, na minha opinião, as 2 questões são importantes: do mesmo jeito que nós temos de garantir os direitos e as garantias fundamentais previstas na Constituição para todo cidadão, nós também temos de apoiar o trabalho que a Polícia Federal vem fazendo contra o crime organizado.

Realmente, como V.Exa. disse, a Polícia Federal vinha fazendo um trabalho de extrema importância no combate à corrupção, de uma pessoa que é poderosíssima, que já se tinha envolvido em vários episódios que ficaram muito claros, inclusive de escuta telefônica, objetivando a chantagem para defender determinados interesses econômicos e interesses privados. E tão grave — eu comentava com o Deputado Gustavo Fruet — como a corrupção é a incompetência, que, por utilizar meios ilegais, está deixando de oferecer a denúncia e de criminalizar, de fato, aquelas pessoas que cometeram crimes graves contra o patrimônio nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quero agradecer as manifestações de V.Exa., vou passar a palavra ao Deputado Gustavo Fruet e vou fazer aqui uma acusação grave.

O Sr. Daniel Dantas só é beneficiário, hoje, de não ter o seu nome melhor apurado e melhor questionado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pela decretação do segredo de Justiça nas suas investigações, pelos juízes que o estão processando. Uma coisa é o dado que deve estar submetido ao segredo de Justiça, que é a conversa pessoal, a interceptação de dados relativos à pessoa; outra coisa



é aquilo que está contido dentro da sua atividade criminosa. Essa tem de ser pública, porque esse segredo de Justiça só protege o “Zé do banco”, porque o “Zé do morro” não se beneficia dessa posição.

Deputado Gustavo Fruet com a palavra. Depois do Relator...

O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu só queria complementar essa afirmação do Deputado Marcelo Itagiba, porque é estranho que, após a decretação do sigilo em relação à Operação Satiagraha e à Operação Chacal, esta Comissão aprovou 2 requerimentos específicos, inclusive de minha autoria, com fundamentação específica e com pedidos específicos, que não se referiam a dados sobre sigilos bancários que estavam no HD do Banco Opportunity. Portanto, não é a esses dados que a Comissão quer ter acesso; e, especificamente, a decisão inclusive do Ministro Peluso se refere à garantia do sigilo desses dados, que não poderiam ser manuseados. A Comissão encaminhou a ambos os juízes, tanto da Operação Satiagraha quanto da Operação Chacal, pedidos específicos em relação a: se, no curso dessas 2 operações, aconteceram interceptações legais; quais foram; se foram detectadas interceptações clandestinas; quais os artigos do Código Penal em que o Sr. Daniel Dantas e outras pessoas associadas a ele estão denunciados, fruto da Operação Chacal.

E a resposta que obtivemos dos juízes foi a de que esses dados estariam protegidos pelo sigilo, alegando justamente o aspecto que não é o aspecto que a Comissão está querendo saber, que são os dados constantes do HD do Opportunity Fund, em relação a dados de sigilo bancário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só lembrar de um detalhe: esse HD a que nós já decidimos que poderíamos ter acesso, e não nos foi dado o acesso, o Ambrósio, que não é da Polícia Judiciária, teve acesso a todo esse HD. E ele confessou isso aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o HD não é objeto desta... Ele não é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim. Mas está sob sigilo, e ele teve acesso a todos esses dados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, o que eu acho que é mais fundamental é o seguinte — eu vou lançar um desafio aqui: eu desafio os Juízes da Vara Federal de São Paulo e os Ministros da Suprema Corte, que decretaram segredo de Justiça nessa investigação, que abram mão do segredo de Justiça dos fatos relativos à prática criminosa, para que esta CPI e a população brasileira possam ter conhecimento de tudo aquilo que está sendo apurado, para que essas pessoas criminosas, principalmente esses criminosos do colarinho branco sejam colocados sob a ótica, e a visão, e o escrutínio da liberdade de imprensa e da opinião, por parte dos meios de comunicação, para que a população possa saber.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, V.Exa. já pegou o telefone de Francisco Ambrósio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já peguei, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Gustavo Fruet com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Até por oportuno, em razão da sua manifestação, Presidente, eu faço uma sugestão. Acho que está na hora de um freio de arrumação, inclusive para definir a estratégia final dos trabalhos da CPI. Nós teremos aí, pelo menos, mais 2 meses. E, nas últimas 3 semanas, nós tivemos uma série de depoimentos em razão de denúncias que foram divulgadas pelos meios de comunicação. Portanto, a CPI cumpre uma etapa muito importante, cumpre os depoimentos ou, no mínimo, dá oportunidade para que as pessoas citadas possam se manifestar.

Então, sugiro, ainda hoje, ou na próxima semana, ou quando V.Exa. assim determinar, se for possível, uma reunião da Comissão para definir as ações nas várias frentes abertas, e nessa expectativa que a CPI tem de acesso a informações, no caso — e V.Exa. destaca bem — das operações; a questão das operadoras é algo muito sério; já tantos meses depois ainda não se tem, de forma organizada, o envio dessas informações, não da parte da CPI, do envio das informações.

Registro que a ANATEL já abriu procedimento para solicitar quais os critérios e procedimentos de segurança de privacidade adotados pelas operadoras, em razão



de denúncias que foram formuladas não só na CPI, mas também em matérias que foram publicadas.

Então, é importante essa sua postura. E, como sugestão, se possível estabelecer uma reunião — pode ser interna ou aberta, como V.Exa. assim entender —, para definirmos os próximos passos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acolho a sugestão de V.Exa e marco, não para a semana que vem, marco para hoje; estamos todos hoje aqui, ou grande parte dos membros está aqui, e vamos trabalhar em conjunto na definição desse cronograma, inclusive porque vamos analisar os documentos que nos foram encaminhados, por convite meu, em conjunto.

Eu passo a palavra a V.Exa. para os seus questionamentos e peço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que assuma a presidência por um momento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Ambrósio, boa tarde.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também serei bem objetivo. Não há muito mais a questionar. Mas 2 preliminares. A primeira é evitar os extremos.

De um lado, entendo que o senhor não deve ser, e não será — não deve ser, pelo menos —, o bode expiatório em toda essa história. Desde o primeiro momento, também em público, manifestei que o senhor deveria ser o aparecido na história dessa Operação Satiagraha. Mas, por outro lado — e é isto que eu peço que o senhor também considere, a nossa avaliação, até em respeito a sua qualificação —, é muito pouco provável que todo o seu trabalho... após 10 anos de afastamento do senhor da atividade de inteligência, de informação, ser contratado para separação de *e-mails*. Também V.Sa. entenda o porquê da dúvida e do ceticismo em muitas questões, com todo o respeito a sua manifestação. Mas desde já entendendo que o senhor não é o foco e, muito menos, na nossa avaliação, será o responsável por outras questões, independente da Operação Satiagraha.

E a segunda questão, também em relação à Operação, o cuidado; e de forma alguma criar argumentos a favor da defesa de quem está sendo investigado. De forma alguma estamos trabalhando no sentido de desqualificar o trabalho, até porque vemos que há uma tendência de desacreditar as instituições brasileiras. Isso está acontecendo com a ABIN; começou agora com a Polícia Federal; há um



questionamento da Perícia do Instituto Nacional de Criminalística; há um questionamento do trabalho da Polícia Federal, até na cooperação com a ABIN. Isso é relevante, porque vai ter um custo político para essas instituições.

E se acrescente o fato de que o Governo, agora, está alegando que o problema da ABIN são os egressos do antigo Serviço Nacional de Informação — SNI. Portanto, estabelece uma divisão: os antigos são os incompetentes, irresponsáveis, grampeadores, espiões; e os novos têm de ser afastados para não serem contaminados desse trabalho.

Então, a cada momento, em razão da falta de coordenação política do Governo, nós vemos essa busca de achar responsáveis, numa disputa da ABIN e da Polícia Federal. E a última, agora, é com relação aos egressos do antigo SNI.

Então, até em razão disso, apesar de o senhor ter feito já uma explicação, quero aprofundar 5 pontos.

O primeiro é o seguinte: qual o trabalho que o senhor fazia no SNI, de forma mais específica possível?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A grande parte da minha atuação no SNI foi como agente. Então, eu era um agente de rua, onde eu buscava dados, fazia a coleta de dados. Muitas vezes fora até do Distrito Federal. Basicamente era esta: a busca de dados. A produção de conhecimento, nessa época, não pertencia a mim, porque eu ainda era agente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu não sou da área policial... Quer dizer, gostaria que o senhor esclarecesse o que é busca de dados e como isso funciona na prática.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Naquela época, usavam-se muito os institutos de identificações, institutos de criminalísticas, DPC; hoje em dia tem SERASA. Naquela época, a gente buscava esses dados nessas fontes.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Dados oficiais, nas fontes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Dados oficiais.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, não significa que era feito um monitoramento ou algum tipo de atividade...



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Excelência, naquela época, existia... Inclusive, como se tratava, vamos dizer assim, de um regime fechado, então... Por exemplo: quase todos os funcionários públicos, quando eram admitidos no serviço, fazia-se um levantamento da vida pregressa deles. Basicamente isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, este era o seu trabalho: levantar dados, biografia, perfil; informações oficiais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não especificamente isso. Ora sim, ora... Muito pouco. Mas era, basicamente, o trabalho de um agente, vamos dizer assim, era fazer a busca dos dados.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Daí o senhor se aposentou e não trabalhou mais durante 10 anos com essa atividade?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Desde que eu me aposentei, nem particularmente nem oficiosamente eu trabalhei.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, então, 10 anos depois é que o senhor é convidado para colaborar com a Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Tanto é que eu inclusive coloquei à disposição o meu sigilo bancário e fiscal de 1998 para cá.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Até eu ia ler, se for possível, se V.Sa. concordar — e vou solicitar isso também ao Sargento Idalberto —, os dados telefônicos, que entendo que são os mais valiosos neste momento.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Já passei ao Presidente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas já autorizou ou colocou à disposição? Não o número do telefone; os dados das suas ligações telefônicas nesse período.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah! Sim, não vejo mal...

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Gustavo Fruet, o Francisco Ambrósio, consultando o seu advogado, informou que, de fevereiro para cá, não há nenhuma objeção.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor não colocaria no mesmo período dos dados bancários e fiscais também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah! De 1998 para cá?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pode colocar. Não vejo...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tá.

Bom, o senhor fez uma... E eu vou para o segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Gustavo Fruet, apenas para formalizar, eu preciso que ele confirme o que está falando, que coloca à disposição da CPI os dados bancários, fiscais e telefônicos, de viva voz. Que ele declare isso, para não haver a necessidade de quebra de sigilo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Autorizo esta Comissão que possa proceder, fazer esse processo, de 1998 para cá, no que foi pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Está autorizado.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação à análise do material, em entrevista ao jornal *Estado de Minas*, o senhor afirmou que trabalhou na operação por 6 meses e que — aspas — “*simplesmente fazia uma seleção daquilo que porventura, pelo assunto, pudesse ali se transformar no indício de algum crime*” — fecha aspas.

O senhor teve alguma avaliação que indicasse algum delito nesse material analisado?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sem ser no mérito, eu só vou fazer uma pergunta, porque eu não me lembro de ter dado essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - À vontade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - *Correio Braziliense.*

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu fiquei em dúvida porque eu não dei nenhuma entrevista para o *Estado de Minas*. Excelência, eu acabei me confundindo...



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Se o senhor teve algum indício de ilegalidade, de algum crime, na análise desse material?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Veja bem, Excelência: eu ter dados de indícios, não, porque isso cabia ao perito da Polícia Federal. Porque, se tivesse algum indício de ilícito financeiro, eu não sou economista, eu não sou contabilista. Então, eu simplesmente... Aquilo que eu achava que poderia ter alguma coisa que o perito pudesse descobrir algum tipo de ilícito eu separava. Agora, eu mesmo definir o que era ilícito ou não... Não era comigo; era com os vários peritos que trabalhavam.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Nessa mesma entrevista, quando perguntado se o senhor fez escutas ilegais, o senhor respondeu que não. E hoje reafirmou aqui.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Reafirmo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas afirmou lá: *"Escutas ilegais aqui em Brasília, não, de forma alguma e em momento algum"*. Aqui em Brasília não foi, de forma alguma e em momento algum. Mas o senhor tem notícia de que alguma escuta foi realizada?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. É porque a pergunta foi feita especificamente para Brasília, né? Então, sinceramente, nunca ouvi, aqui em Brasília, notícias de gramos legais ou ilegais. Ou seja, não ouvi, e isso colocando todo o Brasil; aqui em Brasília, a notícia que eu tive foi esta: que não houve isso; as escutas, sim, todas elas legais. Mas aqui, em Brasília, acho que nem teve ilegal.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quem avaliava o seu trabalho nesses 6 meses? Esse trabalho que o senhor fazia, de separação dos temas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Era o próprio Dr. Protógenes, o Delegado Protógenes. Na ausência dele, tinha uma delegada, que eu já passei o nome.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas eu me refiro ao seguinte, mais especificamente: eles faziam uma avaliação? analisavam? Analisavam, não, eles repetiam o trabalho para verificar se eventualmente alguma questão estava deixando de ser vista...?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência. Em nenhum momento foi feito isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eles avaliavam o resultado, não o método.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Só o resultado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E houve alguma orientação técnica para o que deveria ser encontrado nesse material?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. É aquilo que eu falei: se houvesse o organograma de uma empresa; se houvesse uma aplicação, vamos dizer assim, uma planilha financeira, uma planilha de aplicação, qualquer coisa nesse sentido; alguma coisa de... vamos supor: bens. Isso era separado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, nessa linha também: de todo o material que foi lido pelo senhor, considerando a sua experiência no trato da informação, a sua qualificação com relação a dados estratégicos, o senhor avalia que encontrou alguma informação importante?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí, Excelência, a gente tem de raciocinar o seguinte: para que eu possa afirmar ao senhor que eu encontrei alguma coisa importante, eu teria de ter conhecimento dos outros dados que os analistas e peritos dele tinham. Não é por causa de um dado que eu posso afirmar: *"Isso aqui tem uma validade enorme; isso aqui não tem validade nenhuma"*, porque dentro de um universo do processo dessa operação era tudo muito compartmentado. Então, eu tinha acesso apenas a uns detalhes que, inclusive no meu modo de entender, estavam defasados no tempo e no espaço. Estava se fazendo uma operação agora e, muitas vezes, se olhava dados do passado, de 4 anos atrás. Então, não sei sequer se realmente isso aí foi efetivamente utilizado por um perito dele e colocado, a não ser que tenha sido feita uma checagem ano a ano. Aí tudo bem. Mas aí era com o perito dele, eu não sei informar ao senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu insisto porque o senhor foi analista de campo

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Fazia a avaliação. Quer dizer, o senhor fazia o julgamento sobre os dados que estavam sendo investigados.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É. Mas, no nosso caso, nós nunca escrevíamos, como nós nunca escrevemos, nenhum documento sem que a gente cheque pelo menos 3 fontes diferentes ou 3 dados diferentes para poder se chegar a um fato, a um conhecimento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas específico ainda, desse material que o senhor verificou algum teria algum valor econômico para ser negociado no mercado paralelo de espionagem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não vi, não vi.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, terceira linha, só para constar também, Sr. Ambrósio, o senhor já teve algum encontro ou alguma conversa com alguma pessoa relacionada com o Daniel Dantas, seus advogados ou investigadores que estavam a serviço dele ou não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor, nunca.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também para constar, o senhor já tentou, alguma vez, ou alguma pessoa ligada ao senhor, nessa operação, entrar em contato com pessoas ligadas ao Daniel Dantas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também não, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ou pessoas que tenham contato com o Daniel Dantas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também não. Inclusive eu recebi até uma orientação do meu advogado, mas não houve tempo hábil para isso, porque surgiu uma versão de que eu teria recebido 1 milhão e 600 mil reais, e a gente inclusive ia fazer uma carta ao meu gerente, solicitando a ele que não recebesse nenhum depósito não identificado no meu nome.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Essa seria a razão da pergunta.

O senhor chegou a usar algum crachá emprestado de funcionário?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah, sim, usei um crachá de uma funcionária durante 2 ou 3 dias; não passou disso. Agora, veja bem, esse crachá independia do meu acesso ao prédio. Chegava todos os dias, me identificava, subia. Quando chegava na portinha de acesso ao DIP — porque tem uma portaria de vidro e o protocolo —, normalmente, depois do almoço, quando eu chegava um pouco mais cedo, eu ficava esperando entre 10 e 15 minutos até que



alguém pudesse vir abrir a porta. Então, ela inclusive é uma agente — inclusive o nome dela está em separado aqui —, gentilmente, me perguntou: “*Você não quer, para você evitar ficar aí fora no corredor, pegar o meu emprestado, que eu tenho dois*”. Aí, ela me emprestou e eu usava isso na hora do almoço única e exclusivamente para acesso a essa porta de vidro, para a minha sala.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor disse que já encontrava o computador ligado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Havia senhas de acesso aos computadores na Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu acredito que deva ter havido, porque todos os dias eu chegava e todos os computadores do setor estavam ligados, e tinha um perito em informática que ligava e desligava os computadores. Agora, em nenhum momento nós acessávamos o computador.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E o senhor teve acesso a alguma senha ou não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Lá, o senhor chegou a ouvir falar do sistema Guardião?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ouvi falar, ouvi falar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Foi utilizado na operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí sinceramente eu não sei responder para o senhor, porque a central de operações não era Brasília, era São Paulo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas por que o senhor ouviu falar lá dentro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, porque o pessoal falava em Guardião, falava nisso, falava naquilo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Do sistema Sombra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, esse aí nunca ouvi falar.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor tem informação de que agentes ou ex-agentes da comunidade de informações atuam de forma comum, em colaboração com a Polícia Federal, em investigações? É normal isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, não tenho conhecimento. Fiquei sabendo agora porque eu fui um dos contratados.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu vou repetir as respostas que o senhor deu à revista *IstoÉ*, o senhor confirma ou nega.

O senhor respondeu — alguém disse como deveria ser o seu depoimento: “*O Delegado Renato Porciúncula falou que estava me armando, antecipando para que eu fosse voluntariamente depor, pois isso melhoria a minha situação dentro do inquérito*”. À pergunta: “*O depoimento foi preparado?*”. O senhor respondeu “*Sim. O Porciúncula pegou o telefone dele e marcou para as 10 horas no sábado. Eu queria ir na segunda-feira. Ele falou: ‘bicho, vai amanhã às 10 que está tudo acertado’*”.

Pergunta: “*Isso ocorreu na sexta-feira, às 5. Havia mais alguém nessa conversa?*” Resposta: “*O Delegado Paulo Maurício, ele estava preocupado com a instituição*”.

Pergunta: “*Por que a ABIN acertou uma versão para seu depoimento na PF?*” Resposta: “*Acho que era uma defesa natural de cada órgão. Qual era a intenção? Era saber se eu sabia de alguma coisa. Só que eu não sabia. Como eu saí como o espião da República, que saiu grampeando os 3 Poderes, queriam saber de mim se realmente houve aquilo. Então, eles disseram: bom, se não houve, o próprio presidente do inquérito está querendo livrar tua pele. Então, vamos fazer isso, não sei o quê. Se eu fosse lá sem ter pelo menos, vamos dizer assim, um amigo lá dentro, o delegado da Polícia Federal encarregado do negócio ia cair matando. Acho que houve um acerto.*”

Pergunta: “*Acerto para quê?*” Resposta: “*Para que a única coisa que se extraísse do meu depoimento fosse que o Francisco Ambrósio manuseava documentos da Operação Satiagraha, o que provocará a nulidade do processo.*”

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Definitivamente, Excelência, isso aí eu posso traduzir apenas numa coisa. Não foi feito nenhuma preparação para o meu depoimento na Polícia Federal. O que aconteceu foi que eu fui procurado pelo Dr. Paulo Maurício, pelo Dr. Renato, que eu não sabia que era da



ABIN, que estava cedido à ABIN, pelo Sr. Milton Campana, que não falou durante essa reunião, e após as explicações que eu dei de que o pessoal da ABIN, principalmente aqueles que eu tive conhecimento, não souberam, não foi ordenado a eles, não foi pedido a eles absolutamente nada com relação a grampo e que sequer eu conhecia a maior parte deles, que eu não conhecia, pensando em se tratar de uma preocupação natural com a instituição, me foi dito, sim: *“Então, você vá à Polícia Federal que o delegado lá é meu amigo — isso foi falado —, e para facilitar as coisas para você, até para você não chegar num dia da semana onde a sala de imprensa está cheia, que é aquela correria, porque você já vai sair na revista, ele te recebe às 10h.”* Isso foi falado e isso o Delegado Renato realmente ligou. Só que depois eu só fui às 3h da tarde, às 15h do sábado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor nega os termos da resposta que o senhor deu aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Olha sinceramente eu nego. Isso aí foi gravado, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem.

Só para constar, Presidente, e para encerrar, 4 questões pontuais. A primeira: o senhor concorda com a idéia de que o problema está nos egressos do SNI que trabalharam nessa operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, não concordo com isso porque existem muitas pessoas competentes egressas do SNI, assim como existem muitas pessoas competentes através de concurso público hoje em dia.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas o senhor tem informação de que esses egressos do SNI estejam trabalhando em cooperação em operações policiais no País?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não tenho nenhuma.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor conhece o Jairo Martins, empresário de vigilância em Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu conheci o Jairo Martins antes de 1992, se eu não me engano foi em 1990, 1992. Quando eu ainda estava no antigo SNI. Ele chegou lá emprestado, cedido pela Polícia Militar.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor trabalhou com ele alguma vez?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Tem conhecimento dele?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele trabalhava em operações, mas nós nunca chegamos a operar juntos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas operações de? De vigilância?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De rua. De rua. De qualquer coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Insisto com relação ao Sargento Idalberto. Qual é a especialidade dele?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A especialidade dele, em inteligência, ele é um excelente agente de rua. Agora, o que ele faz eu sinceramente não sei.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E qual o conhecimento dele nas telefônicas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Praticamente, até onde eu convivi com ele, é zero.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E o conhecimento dele com relação a equipamentos de escuta telefônica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Para mim, desde que eu conheço ele, é zero. Também não teria... Eu não estou dizendo que ele é incompetente. Ele não tem a competência, cursos para fazer isso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E o conhecimento dele na área de escutas ambientais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí eu desconheço.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor teve curso para escuta ambiental ou telefônica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor, eu nunca tive, porque nunca foi a minha área.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas isso é feito pela ABIN?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei. Eu estou afastado da ABIN há 10 anos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E pelo SNI era feita?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei se havia curso. Nos 2 cursos que eu fiz lá, não havia.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E Aeronáutica faz esse tipo de curso, não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E o senhor acha possível inteligência sem escuta?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, a inteligência policial necessita; outras inteligências, nem tanto.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor já esteve antes no Congresso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor já esteve outras vezes no Congresso? Ou já trabalhou aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, trabalhar aqui eu nunca trabalhei. Mas passar por aqui, eu já estive... Várias vezes, eu entrei aqui no Congresso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Certo. E o senhor tem alguma relação especial com algum Parlamentar ou ex-Parlamentar, ou não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem.

Está bom, Presidente. Obrigado. Obrigado, Sr. Ambrósio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Fruet. Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu quero perguntar ao Sr. Ambrósio: o senhor entrou no Aeronáutica em que ano?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu entrei em 1969.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor trabalhou... Em que locais o senhor esteve lotado?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu servi inicialmente no Esquadrão de Polícia da Aeronáutica, no quadro de Infantaria de Guarda.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aqui em Brasília. A minha vida toda profissional foi Brasília. Eu nunca saí de Brasília.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor nunca atuou como agente em outros locais? Como agente do SNI, o senhor atuou em algum outro local, além de Brasília?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Como agente do SNI, sempre foi Brasília. Nunca...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca esteve em outros locais?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nordeste, Centro-Oeste, Sul? Era sempre aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eventualmente, quando, se eu não me engano, quando já era SAE, eu tive uma passagem já em 98. Eu estava quase me aposentando. Não, não foi nem SAE, foi na Aeronáutica. Eu fui fazer um trabalho sobre madeira, retirada ilegal de madeira e desmatamento no sul do Pará.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No sul do Pará?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Noroeste do Pará, quer dizer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Deputado Laerte Bessa, na sua fala, disse que o senhor é um excelente analista.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Agradeço a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, como um excelente analista, ele não esquece nunca aquilo que aprendeu. Ou seja, no momento em que o senhor estava trabalhando na operação para fazer a seleção dos *e-mails*, ou seja, o senhor diz, num certo momento, que não teve acesso, por exemplo, ao *e-mail* da Sra. Verônica Dantas, mas depois, quando é perguntado aqui na revista, aí diz, esse *e-mail* que... Verônica Dantas chama o Delegado Protógenes de palhaço, o senhor diz: "Acho que era, acho que sim." Ou seja, não há uma contradição, Sr. Ambrósio,



entre o que o senhor fazia a seleção, e se o senhor não fazia uma análise, porque, para separar, mesmo assim, o senhor tem que fazer uma análise.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Veja bem, Excelência, na parte onde eu trabalhei, que foi nos *e-mails* antigos da época de 2004, não existia esse *e-mail*. O que aconteceu foi o seguinte: houve o comentário, na sala, de que teria havido um *e-mail* onde a Sra. Verônica Dantas teria chamado o Delegado Protógenes de palhaço. Mas isso foi um comentário em sala. Eu não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa entrevista que o senhor deu, nessa revista. Foi essa aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu dei a entrevista que inclusive não foi uma entrevista com pergunta e resposta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. A entrevista que eu dei para a revista *Veja* foi exatamente essa que eu fiz a leitura inicial aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Aqui tem umas perguntas, quer dizer, primeiro eles falam que o senhor é um espião. O senhor se considera um espião?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não me considero um espião. Eu me considerava, no passado, um profissional de inteligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Agora, o seguinte. Quer dizer, o senhor refuta de que seja um espião.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, na sua resposta aqui, dizem que o senhor trabalhava, o senhor disse que trabalhava em rua. Mas trabalhava também junto aos movimentos sociais. O senhor fazia trabalho de infiltração nos movimentos sociais, para identificar ações possíveis desses movimentos?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, não querendo ser indelicado com V.Exa., mas eu gostaria de perguntar ao Presidente se eu posso... Porque faz parte de um período que não está incluso na...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei, mas é importante para nós o direito à memória e à verdade, para que a gente aprenda também. Ou seja, quando o senhor diz "*Trabalhei na rua nos movimentos sociais*", o senhor quer dizer em que



movimentos? Só se o senhor fazia também movimento de infiltração nos movimentos sociais.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Isso é o que eu queria saber.

Aqui, o jornalista Mino Pedrosa e Hugo Marques foram os dois que estiveram lá com o senhor?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dois. Diz o seguinte: que o senhor estava com medo, o senhor tremia as mãos ao receber a reportagem da *IstoÉ*. E estava preocupado, porque o senhor estava como refém. Não podia nem caminhar com tranquilidade pelas ruas de Brasília. E dá uma informação — que aí eu quero que o senhor me diga —, um agente, um ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informação, e diz que o senhor coordenou os trabalhos de agentes da ABIN. Essa é a informação que a revista dá. O senhor coordenava os trabalhos de agentes da ABIN, na alteração?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Inclusive essa pergunta que V.Exa. me faz foi justamente uma das razões do desmentido que foi preparado pelos meus advogados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Então, o senhor não coordenava. Isso que está aqui não é real.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca coordenei, até porque não me foi dada essa competência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Aqui também é dito, na revista, é por isso que é bom que o senhor esclareça, que o senhor foi induzido por dirigentes da ABIN com o propósito de proteger a instituição e desqualificar a investigação. Essa informação que o senhor deu é real? O senhor disse isso mesmo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando eu disse que eu possa ter sido induzido, eu fui induzido, eu fui orientado a espontaneamente me apresentar à Polícia Federal, para prestar o meu depoimento antes que a revista circulasse.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, mas o senhor não foi preparado, dizendo: "Olha, tem que ser isso aqui, porque senão..."



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Em nenhum momento ninguém me disse: "Vão perguntar aquilo, você responde aquilo."

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor, no caso da operação, o senhor já disse que foi um oficial da Aeronáutica que o encontrou e o senhor disse que estava precisando complementar a sua renda. E aí o senhor foi trabalhar com o Dr. Protógenes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não conhecia o Dr. Protógenes antes dessa operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência, não conhecia. Eu conhecia os dois amigos que me apresentaram a ele, que seria o Major e seria o Sargento Idalberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, certo. Agora, e o Delegado Renato Porciúncula, o senhor conhecia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não o conhecia, eu acreditava... Inclusive, quando ele foi se encontrar comigo, eu acreditava, inclusive, que ele fosse efetivo, estivesse efetivo na Polícia Federal, quando, na realidade, ele estava cedido à ABIN.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Uma outra coisa. Essa expressão que foi usada aqui dizendo o seguinte... Aí o Deputado Fruet já disse, ele disse: por que a ABIN aceitou uma versão para seu depoimento na PF? O senhor disse que essa versão não foi acertada, que apenas foi dito para o senhor se apresentar livremente.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, por exemplo, aqui diz: "Bom, se não houve o propósito, o próprio Presidente do inquérito está querendo livrar tua pele. Então, vamos fazer isso. Não sei o quê." Aí corta. "Se eu fosse lá sem ter, pelo menos, vamos dizer, um amigo lá dentro, o DPF, Delegado da Polícia Federal, encarregado do negócio, ia cair matando." O que significa... O senhor disse essa expressão "cair matando"?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Posso até ter dito a expressão. Agora, veja bem, a colocação não é esta que está aí.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o que foi?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A colocação é única e exclusivamente a seguinte. Durante a semana, quando você chegar lá, a sala de imprensa vai estar completamente lotada, e você está com o rosto em todo o Brasil. Então, quando você chegar, a imprensa vai cair em cima de você. Você indo antecipadamente, fica até melhor para você que isso te favorece, você está indo espontaneamente. Ou o delegado é meu amigo, e é preferível a gente ter um amigo do que uma pessoa que você desconheça. E isso foi o que aconteceu. Agora, em nenhum momento, foi dito o que eu deveria fazer, o que eu não deveria dizer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Uma outra questão que me chama a atenção é que o senhor teria trabalhado em cima desse HD. E aí tem uma matéria aqui dizendo: "Sigilo violado. Ambrósio trabalhou nos dados do Opportunity". O senhor trabalhou nesses dados?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu vou apenas esclarecer um fato. Eu estive na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, no Senado, e lá foi dito claramente que eu não havia mexido nesses documentos. No outro dia... E isso está registrado, porque tem as notas taquigráficas. No outro dia, a imprensa divulgou que eu teria confessado, em depoimento à Comissão, que eu teria aberto isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E isso nunca aconteceu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não aconteceu, porque eu sequer sabia se isso era dado sigiloso, porque eu chegava lá todo dia e estava na tela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor diz — aí é bom — que "a vista que eu tive da coisa era totalmente superficial e nem sequer dava para chegar a uma conclusão".

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando eu digo isso, Excelência, significa dizer o seguinte. Eu tenho um dado, certo? Agora, para eu saber se esse dado, vamos dizer, tem uma certa profundidade, o que tenho que fazer? Eu tenho que analisá-lo, eu tenho que interpretar aquilo, para poder formar um conhecimento e redigir alguma coisa sobre aquilo, para não cometer uma leviandade, ou seja, de um dado eu transformar esse dado em fato. Normalmente,



quando você trata, ou quando vai se tratar de um caso desses, você tem que checar no mínimo 3 dados, para poder chegar a uma conclusão se aquilo tem validade como fato. Eu não tinha a análise profunda desses documentos. Por isso, eu digo: era uma análise superficial, uma vista superficial. Porque, também, é inacreditável, ninguém pode acreditar que olhando só as letras eu separasse. Não, eu dava uma lida superficial, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor conhece ou conheceu Verônica Dantas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Nunca vi, nunca vi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca teve contato com Daniel Dantas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também não. Vejo, vi pela televisão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pela televisão?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alguma vez o senhor foi chamado, porque o senhor ficou um tempo fora de atividade, pelo menos uns 10 anos, o senhor foi chamado alguma vez para uma empresa particular, para trabalhar para uma empresa no serviço de analista ou não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência. Nunca fui convidado. Tanto é que passei 10 anos. E já inclusive autorizei a CPI a quebrar o meu sigilo bancário e fiscal, desde que eu me aposentei até hoje, para definitivamente ficar comprovado que nada, absolutamente fiz nada nesse período.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há um dado. É claro que, nesse trabalho, quando há uma ação, uma operação que é sigilosa, as contas também são sigilosas. Elas não aparecem no seu contracheque, nem vão para a sua conta porque é um contra-recibo. O senhor recebe e utiliza aquele dinheiro de acordo com o que o senhor determinar. Ou seja, na realidade, a conta é sigilosa, os gastos são sigilosos. Inclusive só o Tribunal de Contas tem acesso a isso, e entra na questão do... Quando da prestação de contas, quer dizer, essas informações não são repassadas, inclusive para a CPI, porque são consideradas naquela instância da segurança nacional. Ou seja, o fato é que, na realidade, nós sabemos que muitos agentes do



antigo SNI ou mesmo agentes que trabalhavam, arapongas que trabalhavam no tempo da repressão, eles hoje continuam atuando de forma sistemática e permanente, inclusive prestando informações, prestando serviços para empresas chamadas empresas que têm Guardiões, que têm maletas, e outras mais. Pelo que o senhor disse, sua atividade foi sempre uma atividade oficial. O senhor trabalhava para a Aeronáutica, trabalhou para o SNI e terminou a sua atividade na ABIN, de onde o senhor foi aposentado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Um pouco antes, um pouco antes, porque eu me aposentei em 98 pela SSI, Subsecretaria de Inteligência, e a ABIN foi criada em 1999.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí, no caso, era a que deu origem.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A minha carteira de aposentado é da ABIN.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Agora, eu queria saber do senhor o seguinte. Uma coisa que me chamou atenção na sua fala é que o senhor... Deixe eu ver aqui onde é que está. O senhor diz, olha, que não tem... O senhor nunca foi, nunca teve cursos para fazer um trabalho de escuta. O seu trabalho ou foi o trabalho de agente para pegar informações de rua, pegar informações, também, de movimentos sociais, mas o senhor nunca... E fazia também análise. Mas nunca o senhor trabalhou nessa questão da contra-espionagem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca trabalhou?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, também, na questão das escutas, nunca atuou nessa área?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca atuei nessa área.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, o fato é que nós verificamos que as informações são importantes no sentido de que nós vamos tendo um acúmulo dessas informações, há muitas questões que precisam ser melhor desvendadas. Eu acho que V.Exa. tem toda a razão quando reclama que o Judiciário, nas suas diversas instâncias, não tenha colaborado com a CPI, passando



as informações que seriam importantes para que figuras históricas, que sempre aparecem, não é, fazendo escutas clandestinas, usando empresas que não têm autorização para isso, até da própria... As informações que nós pedimos das operadoras de telefonia, que também não chegaram, aquelas que nós precisávamos. Isso é importante, porque, a partir daí, nós iremos acabar com essa, eu chamaria, essa síndrome que se vai criando no País, em que a individualidade das pessoas é desrespeitada, a vida das pessoas, ela é... essa vida é colocada à exposição. Mas eu acho que nós estamos no caminho certo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, agradeço a V.Exa. as palavras. Vou passar a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, que está inscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu passo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet, que tem algumas perguntas para complementar sobre a manifestação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Exa. abre mão do seu questionamento e passa ao Deputado Fruet, é isso?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Presidente. É só para complementar. É que o Deputado Macris teve que sair. São só 3 perguntas, Sr. Ambrósio, para constar também. Primeiro, naquela reunião com o Dr. Paulo, na véspera do seu depoimento na Polícia Federal, alguém pediu ou insinuou para o senhor transferir a responsabilidade pelo grampo ao Jairo Martins ou ao Sargento Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência, em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quando eu perguntei para o senhor se o senhor já esteve antes no Congresso, o senhor fez algum trabalho de campo aqui no Congresso, de investigação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De campo, aqui no Congresso? No passado, fiz.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas que passado é esse?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ah, na década de 80.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só lá atrás? Da década de 90 para cá, taxativamente, não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E esse trabalho foi de investigação de funcionário ou de Parlamentar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Era, vamos dizer assim, um acompanhamento, naquela época, do pensamento do Congresso Nacional com relação às Diretas Já e à abertura política.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E, de 90 para cá, o senhor esteve também alguma vez no Congresso, não só em visita?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Posso ter passado por aqui, mas não acredito que a serviço, não me lembro.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - A serviço, o senhor não lembra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De 92 para cá, não, com certeza.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não lembra?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De 92 para cá, não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor não lembra ou não veio a serviço?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De 92 para cá, certeza praticamente absoluta que eu não entrei aqui.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem. E, por fim, o senhor desculpe o ceticismo, mas, 10 anos afastado da área da inteligência, afastado desse contado, por que o senhor é escolhido e é convidado para fazer uma análise de mensagem eletrônica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, aí, é aquele negócio... Os dois eram meus amigos — eram, não; são meus amigos — e me indicaram, porque viram que eu estava precisando complementar a renda. Eu entendi, até agora eu estou entendendo assim. Agora, complementando isso que o senhor falou, eu acho interessante pelo seguinte: foi cometida uma injustiça através de uma frase fora de contexto, mal construída, quando em prestei o depoimento na



Polícia Federal, inclusive isso o meu advogado está ultimando, porque nós vamos fazer uma retificação. E isso aconteceu justamente em cima do Sargento Idalberto. Quando perguntado sobre um encontro que tive com ele, eu teria afirmado, no contexto errado da frase, que ele teria dado a entender que teria feito um grampo — teria dado a entender —, quando, na verdade, não teria dado a entender. Então, que isso fique bem claro, porque é até uma questão de justiça que eu faça essa reparação pública, porque, no contexto que estava lá, ficou dando a entender que ele teria confessado, que ele teria dito, quando, na realidade, não foi isso. Ele estava preocupado, porque uma jornalista acreditava que tinha sido ele. Acreditava, não, foi dito a essa jornalista que existia um áudio com a voz dela e a dele, e ela poderia vir a desconfiar de que ele teria feito, quando, na realidade, não foi ele. Ele iria perder uma amizade com uma desconfiança que não tinha fundamento. Que fique registrado isso. Inclusive, eu e meu advogado iremos lá retificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu não entendi bem a explicação de V.Sa. V.Sa. poderia explicar — como o senhor é um bom analista, o senhor sabe de início, meio e fim — essa história que o senhor está narrando. Quem é a jornalista? Qual é a conversa de quem, para que possamos entender. Quem, quando, como, onde e por quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu prefiro, no caso, não citar a jornalista. Posso até ... Agora, foi com o Sargento Idalberto. Ela estava preocupada com algumas notícias de que teria havido um grampo ilegal em cima dela por parte do pessoal da Operação Satiagraha. Como o Idalberto sabia que eu trabalhava, ele foi me perguntar. E eu disse para ele que aquilo não procedia. E, depois de várias insistências — eu já tinha inclusive me afastado da Operação; foi no dia 3 de setembro, por aí —, ele conseguiu, para minha surpresa, que eu conversasse com a jornalista. E, nesse encontro, ela me perguntou como é que o delegado tinha chegado a mim, se era verdade que existia uma fita com a voz dela e desse Sargento Idalberto. Eu falei para ela que em hipótese nenhuma isso aconteceu, que ela não estava sendo grampeada; que, se por acaso, ela foi grampeada, foi porque ela telefonou para alguém que estava grampeado, mas ela, não, porque eu desconhecia totalmente essa parte. E, no meio da conversa, ela perguntou: *“Escuta, mas me foi apresentado por alguém da Polícia Federal um*



áudio, uma conversa, ou alguém me disse que tem o áudio de uma conversa onde eu estou com o Sargento Idalberto, e eu e eles somos gravados". Eu disse: "Desconheço". E o Idalberto se encarregou de me falar o seguinte — porque ele sempre trata os outros por Chico: "Chico, o que acontece é o seguinte: eu conheço a jornalista há bastante tempo e ela tem uma confiança muito grande em mim. Eu tenho certeza de que eu não fiz isso. Mas estou receoso de que ela pense que eu fiz. E isso, poxa, me queimaria no meio". – "Então, está ótimo, deixa comigo". Aí, expliquei para ela que não. Mas, na hora de passar isso no meu depoimento, eu passei dando a entender de que ele teria, inclusive, conversado ali comigo e com a jornalista, que não sei nem se ela está presente, de que ele teria deixado a entender que ele teria feito, quando, na verdade, é justamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para eu entender. Na verdade, teria havido uma gravação de uma conversa entre a jornalista e o Idalberto. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A jornalista foi ao Idalberto perguntar se ele conhecia alguém que trabalhasse na Operação. Ele disse que me conhecia. E aí tentou um contato meu com ela. Expliquei para ele que isso não acontecia, porque não existia essa fita, não existia esse áudio, não existia a transcrição de absolutamente nada, até porque eu desconhecia totalmente o problema de escuta. Ela insistiu com ele para conversar comigo. Veio conversar comigo. Eu, ele e ela. Se não engano, foi no dia 3 de setembro. E, lá, eu expliquei para ela, deixei taxativo que não houve, até onde eu sabia, grampo ou escuta clandestina em cima dela, porque, se ela tivesse alguma coisa, poderia ser que ela tivesse ligado para alguém que estava legalmente sendo interceptado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor não podia afirmar isso. O senhor suspeitava que isso poderia ter acontecido. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu suspeitava que poderia ter acontecido. E isso, inclusive, eu falei com ela. Ela deve estar presente. Pode até confirmar depois, se for do interesse dela. Mas o fato que não pode ficar, porque eu considero grave, é que, infelizmente, por um erro de construção de frase, acabei colocando uma suspeição em cima do Sargento Idalberto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, essa interceptação não teria sido de uma conversa telefônica. Então, quer dizer, a imputação seria de que numa conversa pessoal que ela teve com Idalberto, o Idalberto estaria com um gravador. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei como seria. Seria, pelo que ela disse, uma escuta ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma escuta ambiente.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor sabe onde eles conversaram?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, se não me engano, foi ... Não sei se foi num restaurante, se foi na casa dela. Não sei. Mas ela está aí. Isso é fácil esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas nós não sabemos quem é. Como vamos poder esclarecer?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu tinha falado com ela se ela pudesse comparecer ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor poderia declinar o nome da jornalista.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É Andréa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual é nome?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Hum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual é o nome da jornalista?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Andréa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Andréa ...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Michael.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, ela foi gravada depois da denúncia de que ela teria ...



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei quando seria. É que alguém da Polícia Federal teria informado a ela que havia um áudio de um encontro que ela manteve com o Sargento Idalberto.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, já é a segunda gravação feita sobre ela, hein? Esse é um fato novo. Porque foi depois, então, da gravação de que ela teria ...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Isso aí, Excelência, inclusive já saiu na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem da Polícia Federal teria informado de que teria um áudio com a jornalista e o Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Aí, é sigilo da fonte. Eu não sei, porque ela não me falou, ela não me falou.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Vou insistir na questão do Sargento Idalberto. Nesses 10 anos de relacionamento, nunca o senhor falou com ele sobre questões da área de inteligência ou sobre algum trabalho na área de inteligência?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, não, Excelência. Eu estava completamente afastado. Então ...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Dez anos depois que ele lhe propôs isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eventua... Todo o ano... Como terminei na Aeronáutica, uma vez por ano, nós fazemos uma reunião, uma reunião de confraternização. E ali a gente tem oportunidade de bater papo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Jorginho Maluly está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Francisco, senhoras e senhores, provavelmente, alguns assuntos ele deve ter respondido. Se tiver, pelo fato de eu ter chegado no final, em razão de 1 hora e 30 minutos de atraso do nosso vôo, mas algumas coisas não podem deixar de ser reafirmadas. A primeira pergunta: o senhor, certamente, tem algum conhecimento jurídico?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, Excelência, nenhum.



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor estava convicto de que o que estava fazendo era correto, era legal, era amparado pela lei?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, a partir do momento em que um presidente de um inquérito me contrata, eu passei a acreditar que estava fazendo um serviço institucional, sim.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - E hoje?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Hoje, eu já tenho as minhas dúvidas, mas acredito que, pelo pagamento que era feito, eu ainda acredito que fosse legal.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Bom, a revista *IstoÉ*, que deve ter sido mencionada aqui, tem uma entrevista do senhor em que diz o seguinte: “*Cumpri uma ordem da ABIN. Francisco Ambrósio do Nascimento. Na sexta-feira, dia 5, Felix escalou o Delegado Porciúncula e o ex-Diretor da Contra-Inteligência, Fortunato Pinto, para que fossem à casa do espião*” — no caso, o senhor — “*negociar o teor do seu depoimento à Polícia Federal no dia seguinte*”. Eu quero saber: houve essa reunião? O senhor declarou que foi induzido. E tem uma informação de que parece que a *IstoÉ* já lhe teria procurado para corrigir isso ou não, que essa matéria não mantém a veracidade. O que senhor tem a dizer exatamente sobre isso? Isso é verdadeiro? Isso não é? O senhor foi induzido ou não foi?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, como eu expliquei, eu devo esclarecer mais ao senhor: realmente, fui procurado no dia 5 de setembro, numa sexta-feira, com a informação do Dr. Paulo Maurício e do Delegado Renato Porciúncula de que a revista *IstoÉ* estaria trazendo uma matéria de capa, onde me colocava como responsável pelo grampo do Supremo e como coordenador de uma equipe do pessoal da ABIN. Como isso não era verídico, foi feita a reunião, inclusive na 312 Norte, em uma espécie de um restaurante que tem lá, uma casa de massas. Como isso não era verídico e, no meu entendimento, eles estavam preocupados em preservar a ABIN, porque o pessoal deles estava emprestado, sim, aqui em Brasília — 3 ou 4 —, trabalhando na sala onde eu trabalhava, então, eu achei perfeitamente normal que eles estivessem preocupados em saber se o pessoal deles havia participado, se eu comandava eles ou se eu era o responsável por isso. Diante da veemente negativa de que nem eu nem os analistas da ABIN



participaram disso, eles me aconselharam o seguinte: “Vá à Polícia Federal; se apresente espontaneamente, porque a revista vem com bastante coisa mentirosa sobre você e vai ser muito difícil de você se sair desta”. Aí, eu fui, espontaneamente, ao delegado. Eu me apresentei espontaneamente. Agora, em nenhum momento, foi-me dito: “Vão te perguntar isso, você responde aquilo” Não foi feito esse tipo de coisa. Eu fui orientado a ir; não fui orientado como depor.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Aqui diz também que o senhor cuidou pessoalmente do disco rígido, o HD do Banco Opportunity, a principal prova da Operação conduzida pelo Delegado Protógenes. É verdadeira também?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Se eu não me engano, Excelência, acho que na própria revista deve ter uma parte onde diz que não sou perito em informática. Mas, em nenhum momento, eu analisei HD. Eu analisava pastas que eram abertas. Não sei se em uma cópia ou não. Eu analisava pastas de e-mails por dia. Isso era o que eu fazia. Agora, HD eu não tenho competência para analisar.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor disse que, em nenhum momento, alguém induziu o senhor a dizer qualquer coisa na Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Aqui, nessa entrevista diz que o senhor disse o seguinte. Pergunta a revista: “*Alguém disse como deveria ser o seu depoimento?*” O senhor responde, de acordo com a revista: “*O Delegado Renato Porciúncula, assessor especial da ABIN, falou que estava me armando, antecipando, para que eu fosse voluntariamente depor, pois isso melhoria minha situação dentro do inquérito*”. – “*O depoimento foi preparado?*” Responde o senhor: “*Sim, o Porciúncula pegou o telefone dele e marcou para as 10 horas no sábado. Eu queria ir na segunda-feira. Ele falou: 'Bicho, vai amanhã às 10h, porque está tudo acertado'*”. Quem mente aqui? A revista ou o senhor mudou a posição.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, continuo afirmando o seguinte: não foi acertado. Fui procurado, realmente, pelo Dr. Paulo Maurício e pelo Sr. Renato Porciúncula. Depois de explicados os fatos, soube o que estava saindo na revista, eles me orientaram, principalmente o Paulo Maurício, que foi o que mais falou comigo e disse: “*O Dr. Renato aqui é da Polícia Federal*”.



Conhece o presidente do inquérito sobre o grampo no Supremo. Então, se você se apresentar antes, é melhor para você, porque você está indo espontaneamente. Aí, você fala a verdade". Aí, tudo bem, concordei. Aí, o Dr. Renato pegou o telefone e marcou para as 10 horas, e eu acabei não indo às 10 horas, acabei indo às 3 horas da tarde. Inicialmente, sim, eu queria ir na segunda-feira, mas acabei aquiescendo, porque realmente a matéria que saiu na *IstoÉ* realmente era muito pesada. Aí, falei: "*Então, vou-me antecipar aos fatos, vou lá e peço meu depoimento*". Foi isso que aconteceu. Agora, "*vão te perguntar isso, responda aquilo*", isso nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Bom, está diferente aqui na revista, de acordo com a sua resposta. O senhor terminou na Aeronáutica. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Servi a Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor está há 10 anos afastado?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Totalmente, de todo e qualquer serviço.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Nesses 10 anos, o senhor não fez nenhuma vez serviço parecido ou semelhante a esse?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca trabalhei. Depois de 10 anos, nunca trabalhei.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Entre seus colegas, há muitos que têm a mesma capacitação do senhor para realizar esse trabalho, dos que estão aposentados?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O meu trabalho, efetivamente, sempre foi de análise. Eu nunca fui de área técnica. Então, não posso... não conheço ninguém de área técnica que pudesse fazer isso.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor entende que foi indicado, então, porque comentou que estava precisando. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Até hoje, acredito plamente nisso.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Jorginho Maluly.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só uma questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se ele puder esclarecer sobre essa questão da jornalista, se o Dr. Ambrósio pode esclarecer. O senhor afirma que essa gravação foi feita? O senhor tem as datas dessa gravação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Das?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Das escutas sobre a jornalista?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não tenho, Excelência. Eu sei que eu fui procurado no dia 3 de setembro por ela, e que eu já estava afastado há muito tempo da Operação, porque eu saí no dia 8 de julho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu entendo. O senhor não sabe quem fez a gravação sobre ela?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, não. Não era da minha competência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas, agora, diga-me o seguinte: o senhor não sabia dessa gravação. Como é que o senhor...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, eu fiquei sabendo pela imprensa e pela própria jornalista.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas o senhor sabia que não existia a gravação, a escuta telefônica sobre ela?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu não posso, em hipótese nenhuma, ser leviano e afirmar ao senhor que ela não exista. Eu não sei. No meu conhecimento, até onde eu sei...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas o senhor afirmou aí que não havia escuta sobre ela, em várias oportunidades.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Veja bem: eu falei antes que em um... Ela pode ter ligado para alguém que estava sob interceptação telefônica. Agora, se ela sofreu interceptação telefônica... até porque já saiu nas revistas...



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas espera um pouquinho, Dr. Ambrósio, o senhor afirmou que ela não foi passível de escuta telefônica. Houve uma afirmação. O senhor afirmou aqui.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Mas eu posso... Excelência, do meu conhecimento, eu afirmo que não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Que não teve?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que não teve.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor afirma que não teve escuta telefônica?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Afirmo e mantendo que não teve, porque isso não chegou ao meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está certo. O senhor afirma que não teve escuta telefônica. É interessante essa afirmativa do senhor, é bom que fique registrado isso. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Macris. Não havendo mais nenhum questionamento, Deputado Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Apenas uma informação, Presidente, que eu acabo de receber, para passar à CPI. Os documentos estão chegando. Não sei se vai dar tempo até V.Exa. encerrar. Apenas coloco o seguinte: segundo esses dados oficiais, as orientações técnicas dadas a S.Exa. o Ministro Nelson Jobim foram dadas pelo Exército e não pela Aeronáutica. Segundo, essas informações foram entregues pelo Chefe de Gabinete um dia após o depoimento do Ministro aqui. Então, só pedindo para deixar claro isso: que toda essa orientação foi dada pelo Exército e não pela Aeronáutica. Acho que é importante passar isso para a CPI. Os documentos estão chegando; e, antes que V.Exa. encerre, eu passo depois às suas mãos essas comprovações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço, mas não sei se havia dúvida sobre isso, não, Deputado Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Parece que havia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas muito obrigado pelas suas informações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Eu não sou membro da Comissão, mas eu gostaria de contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR - ...porque tenho uma informação a dar que é importante. Eu sou aqui de Brasília e conheço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado José Edmar, do Distrito Federal, é isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Exatamente. Sou aqui do Distrito Federal e já tive um problema muito sério com a Polícia Federal aqui. E, na época, fui vítima, inclusive, de uma exposição sensacionalista da Polícia Federal. Estou assistindo a todo esse sistema de sensacionalismo promovido pelo Sr. Luiz Fernando Corrêa. E eu tive a oportunidade, na última quinta-feira, de interpelá-lo na Comissão Mista, no Senado Federal. Lá, inclusive, fiz alguns questionamentos aos quais ele não pôde responder. Mas, para não ser repetitivo, depois do meu pronunciamento na Comissão Mista do Senado, eu tive — como já falei, eu estou em Brasília desde antes de Brasília, desde 59; estou a minha vida toda aqui, tenho amigos em todos os locais desta cidade, e, portanto, tenho amigos também na Polícia Federal — e eu tive uma informação da Polícia Federal, e fiz um pronunciamento aqui na Câmara dos Deputados, na última segunda-feira, se não me engano, e eu pedi até que ele fosse passado à CPI dos Grampos, para que pudesse ser observado, porque a gente tem informações aqui de que... Só para o senhor observar alguns trechos que eu risquei neste meu pronunciamento, que depois eu passo na íntegra para que a Comissão possa estudar: *“As operações da Polícia Federal estão resvalando para o uso político, para o frenesi midiático, para as manipulações, coações a juízes, e induzindo as investigações em total desrespeito aos direitos fundamentais. Esse poder da Gestapo federal é perigoso, porque tornado absoluto. Como se justificam os 409 mil grampos?”* Segundo informação dada pelo *Correio Braziliense*, só na metade do ano passado, a Polícia Federal tinha monitorado 5.800 telefones — só na metade do ano. *“Hoje (...), vê-se a Polícia Federal dividida em facções, com grupos se digladiando pela ânsia do poder em seu interior, em verdadeira autofagia e, se não bastasse, em conflitos com a ABIN.”* Eu, particularmente entendo e conheço



bem o Sr. Luiz Fernando, sei do caráter dele, e posso dizer claramente, abertamente, que ele está fazendo toda uma encenação jogando a culpa na ABIN. Posso dizer com clareza de fatos, porque hoje *“há uma guerra, antes era surda, hoje é aberta, explícita.”* Quando a guerra era surda, logicamente a gente não podia falar tudo isso, porque, em função de tantos fatos e do sensacionalismo, a sociedade não aceitava se falar absolutamente nada contra a Polícia Federal. *“Em depoimento ao Ministério Público de Milão, Antônio Gonzalez, Diretor da Kroll para a América Latina, afirma que havia rumores no mundo da espionagem de que Jannone tinha ligações com integrantes da Polícia Federal brasileira (...) Um dos contatos do grupo com a Polícia Federal era uma agente chamado João Álvares. O subtítulo dessa reportagem é ‘R\$ 1 milhão a detetive’.”* Mais na frente, eu retrato isso aqui como informação que recebi de pessoas de dentro da Polícia Federal: *“Como a imprensa tem diariamente noticiado, a Telecom Itália instalou um serviço de contra-espionagem no Brasil feito por uma empresa de arapongagem na qual trabalhava a Sra. Luciana Araújo, testemunha que prestou depoimento no Ministério Público italiano (...). .* E aí vem a minha colocação: sugiro que a CPI convide essa senhora Luciana Araújo, porque acho que é extremamente grave o que ela tem a dizer a respeito desses gramos, a quantidade de gramos que nós tivemos.

E eu gostaria de perguntar ao Sr. Francisco Ambrósio somente um fato. Sr. Francisco Ambrósio, o senhor está em Brasília há muitos anos, tem a sua vida toda ligada a esta cidade e é uma pessoa muito simples. Eu queria só lhe perguntar, e o senhor podia me responder com sim ou não. No seu entendimento, quem é que fez esse grampo? Polícia Federal ou ABIN? Porque, veja bem, só completando, quem comandava era um delegado da Polícia Federal, no 5º andar da Polícia Federal, em Brasília — e a Polícia Federal nunca trabalhou sem uma orientação vertical do seu comando. O senhor disse que 3 ou 4 agentes da ABIN passaram por lá — 3 ou 4. E a gente verifica que a Polícia Federal joga toda a culpa em cima da ABIN, tendo inclusive provocado a demissão do Diretor da ABIN e tudo mais. Então, eu pergunto ao senhor, para que possa fazer justiça: essa investigação, esses gramos eram comandados pela Polícia Federal ou pela ABIN? O senhor deve ter conhecimento, por tanto tempo que o senhor está convivendo com essas pessoas, com os amigos



e tudo mais. O senhor poderia nos dar essa informação, simplesmente para se fazer justiça: Polícia Federal ou ABIN?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Exmo. Sr. Deputado José Edmar, a única coisa que eu posso falar com relação a isso, Excelência, é que todos os gramos que eu fiquei sabendo não sobre pessoas, mas que se dizia que as escutas telefônicas que estavam sendo realizadas eram todas de ordem judicial. Todas elas sofreram demanda judicial. Agora, francamente falando, quanto a escutas clandestinas, eu não tenho a mínima condição de afirmar se foi um ou se foi outro ou se foi um terceiro, porque, hoje em dia, infelizmente, neste País, qualquer detetive particular tem condições de fazer um grampo telefônico.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, tem uma questão aqui que está me intrigando, e acho muito importante esclarecer. O Sr. Ambrósio afirma categoricamente que não havia escuta telefônica sobre a jornalista Andréa Michael. Como é que alguém que foi contratado para simplesmente manipular *e-mails* pode saber se existiam ou não escutas telefônicas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi isso que ele disse? Vamos pedir o esclarecimento dele.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por favor, Sr. Ambrósio.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, continuo afirmando o seguinte: não é do meu conhecimento que tenha havido nenhuma escuta telefônica ou outro tipo de escuta em cima da jornalista Andréa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor teria negado que houve. O senhor negou aqui que houve. Eu perguntei ainda e falei: "*Bom, vamos registrar*". O senhor nega que houve escuta. Para alguém negar, é porque sabia que estava havendo escuta, e que dela não houve.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Veja bem. E é o que eu estou afirmado. Do meu conhecimento, não havia. No meu conhecimento não havia, porque nunca ninguém me falou que ela estava sob escuta telefônica.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tinha conhecimento de outro?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. A única coisa que me era passado era: as escutas telefônicas são todas elas demandadas de ordem



judicial lá de São Paulo. Era a única coisa que eu sabia sobre isso, até porque eu não tinha acesso a essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Macris, o único jeito de nós termos acesso a essa questão é através da não-manutenção do sigilo de justiça, do segredo de justiça imposto a esses autos, ou através da própria jornalista peticionando nos autos para saber se existe, nos autos, gravação de sua conversa com algumas das pessoas que foram alvo dessa Operação.

Aliás, essa é uma das questões que nós vamos ter que enfrentar no Relatório desta CPI, que é a questão do segredo de justiça, que, como eu disse, serve para o “Zé do Banco”, mas não serve para o “Zé do Morro”. Esse é preso, colocado em frente às câmaras, tem sua vida devassada e publicada, mas quando é o “Zé do Banco” se resguarda o segredo.

Então, essa é uma questão que nós vamos ter de enfrentar no relatório numa proposta de legislação para acabar com esse segredo de justiça que só beneficia os poderosos. Essa é uma questão fundamental.

E a outra é de resguardar aquele cidadão — e é bom que fique clara essa questão — que não tem nada a ver com o objeto da apuração criminosa, mas que tem uma gravação onde ele dialoga com alguém assuntos que não têm nada a ver com atividade criminosa em investigação, e essa pessoa tem o direito de saber que ela foi interceptada e o que vai ser feito com essa interceptação: se vai ser destruída, se vai ser entregue a ela ou não.

Então, são questões que, no Relatório, nós vamos ter que enfrentar, na proposta legislativa nós teremos que enfrentar, para dar uma solução a esse famoso banco de dados que se encontra na mão de alguém ou de alguma instituição sobre a vida de pessoas que não têm nada a ver com atividade criminosa sob apuração. Então, acho que essa é uma questão fundamental a ser enfrentada por nós.

Eu agradeço a presença do Sr. Francisco Ambrósio que aqui esteve e prestou seu depoimento e vou suspender a sessão por uma hora para, em seguida, fazer a oitiva do próximo: Sr. Idalberto Martins de Araújo.

(Reunião suspensa.)